



Número: 66/2007
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

Carmen Rita Furlani Blanco

**“O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
USOS E RUÍDOS DO TERRITÓRIO URBANIZADO”.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

CAMPINAS - SÃO PAULO
Janeiro - 2007

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

B598e Blanco, Carmen Rita Furlani
"O engenho central de Piracicaba como patrimônio industrial: usos e ruídos do território urbanizado" / Carmen Rita Furlani Blanco.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2007.

Orientador: Arlêude Bortolozzi
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Geociências.

1. Engenhos – Piracicaba (SP). 2. Patrimônio cultural -
Piracicaba (SP). 3. Comunicação – Aspectos sociais. 4. Piracicaba
(SP). – História. 5. Urbanização – Piracicaba (SP). I. Bortolozzi,
Arlêude. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.

Título em inglês: "Central old sugar cane plant as industrial heritages: the uses of the urbanized territory."

Keywords: - Central Old Sugar Cane Plant,
- Social communication,
- Heritage building,
- Uses of urban territory.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Arlêude Bortolozzi;

- Maria Guimar Carneiro Tomazello;

- Marisa Varanda Teixeira Carpintéro.

Data da defesa: 29/01/2007

Programa: Geografia.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA 73598e
V. 01
TOMBO BIOC 15162
PROC 16P-129-08
C 0 X
PREÇO 11,00
DATA 29-02-08
BIB-ID 429427



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL

AUTORA: CARMEN RITA FURLAN BLANCO

“O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
USOS E RUÍDOS DO TERRITÓRIO URBANIZADO”.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

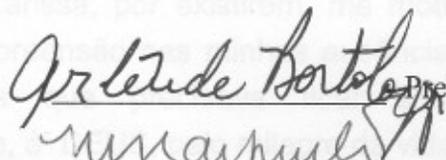
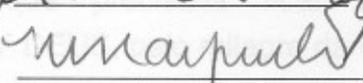
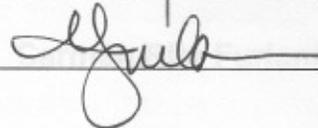
Aprovada em: 29/01/2007

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Capintéro

Profa. Dra. Maria Guiomar Carneiro Tomazello


Presidente



Campinas, 29 de janeiro de 2007

Existem algumas pessoas, sem as quais esta dissertação de mestrado, não poderia ser realizada. A presença delas em minha vida, sempre foi muito marcante e de extrema importância. São para estas pessoas que eu dedico este trabalho. Primeiramente, ao André pelo amor incondicional, paciência e estímulo em todos os momentos. Sem ele não seria possível à realização deste trabalho. Ao meu pai Geraldo, por me ensinar a amar tudo que é natural, e através da nossa convivência, me mostrar sempre a possibilidade de trilhar novos caminhos. A minha mãe Incarnacion, por seu amor e dedicação. As minhas filhas Lis, Laís, Luísa e Larissa, por existirem, me motivarem e pela compreensão nas minhas ausências, e nos momentos que precisava ficar sozinha. E finalmente, à DEUS, pelo milagre da vida.

Carmen Rita Furlani Blanco

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer, a algumas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente, nos mais diversos momentos e situações para a realização deste trabalho:

Ao Prof. Dr. Archimedes Perez Filho, coordenador do programa de pós-graduação, por sua atenção.

À Prof^a. Dr^a. Arlêude Bortolozzi, pela oportunidade de crescimento, pela ajuda na expressão do pensamento e pela valiosa orientação durante todo o processo de produção dessa dissertação de mestrado.

À Val, pela conversa amiga e sempre acolhedora e pela inigualável eficiência,

À Edinalva, também secretária pela competência e apoio.

Ao Prof. Dr. Marcos César Ferreira, Prof. Dra. Marisa Varanda Carpintéro pelas contribuições acadêmicas na participação do exame de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Maria Guiomar Tomazello, da Unimep pela oportunidade de trabalhar no Projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, e pela sua participação na banca examinadora.

À Prof^a. Analice Mourão, pela palavra amiga e ajuda nas traduções necessárias desta dissertação

À Prof^a. Dr^a. Eliana Terci, pela colaboração, cedendo informações de extrema importância sobre o Engenho Central.

A minha filha Lis pela sua valiosa ajuda na confecção dos gráficos e troca de idéias.

Aos meus irmãos Carlos e Junior pela colaboração em diversos momentos.

À Dona Beatriz, Cecília, Júlia e Cristina, pela ajuda e cooperação, no cuidado com as crianças.

Aos moradores de Piracicaba, que participaram da entrevistas da pesquisa de campo, pelas valiosas informações.

Aos alunos do curso de Rádio e TV, da Unimep, Rodrigo Brandão, José Eduardo Simão e Ademir Siqueira Filho, pela colaboração e trabalho árduo na elaboração do vídeo, inserido nesta dissertação.

“Seja um Colombo, para descobrir novos continentes e mundos dentro de você, abrindo novos canais, não de comércio, mas de pensamento. Todo homem é o senhor de um reino ao lado do qual o império terreno do czar não passa de um estado insignificante, um montículo deixado pelo gelo”.

Henry David Thoreau, (Walden, 1854)

Figura 1.1 – Foto da vista aérea do Engenho Central de Piracicaba, e o território urbanizado. (p.10)

Figura 1.2 – Foto vista parcial das construções do Engenho Central. (p.11)

Figura 1.3 – Foto da maquete do projeto de Niemeyer mostrando a implantação proposta. (p. 15)

Figura 1.4 – Foto da maquete do projeto de Niemeyer com suas formas curvas e geométricas. (p. 16)

Figura 1.5 – Imagem digital da maquete do projeto de BRATKE com suas formas geométricas. (p. 16)

Figura 1.6 – Imagem digital da maquete do projeto de BRATKE vista superior (p.17)

Figura 1.7 – Desenho da implantação proposta pelo projeto pelos Arquitetos André Blanco, Dirceu Rother, Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. (p.18)

Figura 1.8 – Imagem aérea da implantação proposta pelos Arquitetos André Blanco, Dirceu Rother, Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. (p.19)

Figura 1.9 – Vista geral da proposta mostrando a intervenção na paisagem. (p.19)

Figura 1.10 – Primeira página da Gazeta de Piracicaba, “Megaprojeto” (p.20)

Figura 1.11 – Jornal Gazeta de Piracicaba, sobre a implantação de Hotel no Engenho “Megaprojeto” (p.21)

Figura 1.12 – Jornal de Piracicaba, sobre o restauro do Engenho para 2007 “Megaprojeto” (p.22)

Figura 2.1 – Foto de vista parcial do Engenho Central: gêmeos, umas das construções mais importantes (p.25)

Figura 2.2 – Fotomontagem ilustrando a articulação fragmentação do espaço urbano (p.28)

Figura 2.3 – Foto aérea, mostrando a ocupação do Engenho Central de Piracicaba, a margem do Rio Piracicaba (p.33)

Figura 2.4 – Foto aérea, mostrando os marcos referenciais, do entorno do Engenho Central de Piracicaba (p.36)

Figura 2.5 – Mapa da Bacia Hidrográfica e seus municípios (p.37)

Figura 2.6 - Mapa de localização das áreas das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, na região, estado e no país. (p.38)

Figura 2.7 – Foto aérea de Piracicaba, mostrando o rio, como elemento estruturador da paisagem. (p.42)

Capítulo IV

Figura 4.1.1 - Tabela das informações obtidas com professores da rede pública e privada. (p.57)

Figura 4.1.2 – Tabela das informações obtidas com a população local. (p.58)

Figura 4.1.3 – Tabela das informações obtidas junto aos visitantes. (p.59)

Figura 4.2.1 – Gráfico da faixa etária dos professores. (p.61)

Figura 4.2.2 – Gráfico do grau de instrução dos professores. (p.61)

Figura 4.2.3 – Gráfico com a renda familiar dos professores. (p.61)

Figura 4.2.4 - Gráfico do hábito de fazer programas culturais dos professores. (p.61)

Figura 4.2.5 – Gráfico com a faixa etária da população local. (p.62)

Figura 4.2.6 – Gráfico do grau de instrução da população local. (p.62)

Figura 4.2.7- Gráfico da renda familiar da população local. (p.63)

Figura 4.2.8- Gráfico com os hábitos de freqüentar programas culturais da população local. (p.63)

Figura 4.2.9 - Gráfico com a faixa etária dos visitantes do local. (p.64)

Figura 4.2.10 - Gráfico com o grau de instrução dos visitantes do local. (p.65)

Figura 4.2.11- Gráfico com a renda familiar dos visitantes. (p.65)

Figura 4.2.12 - Gráfico com o hábito de freqüentar programas culturais dos visitantes. (p.66)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA: USOS E RUÍDOS DO TERRITÓRIO URBANIZADO.....	10
-------------------------------------------------------------------------------------	-----------

1.1 As propostas atuais para o uso do Engenho Central.....	15
1.2 Depoimentos dos entrevistados.....	23

CAPÍTULO II

ÁREA DE ENTORNO DO ENGENHO CENTRAL: A CIDADE DE PIRACICABA.....	25
------------------------------------------------------------------------	-----------

2.1 A origem do Engenho Central na construção da cidade e sua evolução histórica.....	31
2.2 A cidade de Piracicaba.....	38

CAPÍTULO III

O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	44
------------------------------------------------------------------------	-----------

CAPÍTULO IV

A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO VEÍCULO DE ANÁLISE DA PESQUISA: DISCUTINDO A COMUNICAÇÃO.....	50
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

4.1 Análise da pesquisa: tabelas e gráficos.....	56
4.2 Interpretação das informações da pesquisa.....	60

CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	69
---------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
----------------------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	79
--------------------------	-----------

ANEXOS.....	82
--------------------	-----------



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

“O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
Usos e ruídos do território urbanizado”.

Resumo
Dissertação de Mestrado

Carmen Rita Furlani Blanco

A compreensão da dinâmica territorial urbana passa pelo entendimento dos processos de (re) construção das cidades contemporâneas. Assim sendo, este estudo buscou discutir os principais aspectos da comunicação social sobre o uso dos bens edificados como os dos patrimônios industriais, na busca de novas funções, para o resgate dos seus valores históricos, culturais, e sociais. O entendimento dos usos e “ruídos” do Engenho Central de Piracicaba como patrimônio industrial – analisado pelas suas funções antigas e atuais e integrado a comunicação social - puderam revelar outras possibilidades de usos do território urbanizado, mais compatíveis com as necessidades da comunidade local. A pesquisa qualitativa foi realizada a partir do levantamento de informações sobre o “lugar” em que localiza-se o referido patrimônio através de entrevistas com os moradores da área de entorno, com visitantes e representantes do poder público local.

O Engenho Central foi escolhido nessa pesquisa, não como “estudo de caso”, mas sim, como um caminho que, pela cultura nele inserida, possibilitou articular diferentes aspectos da sua preservação, e o debate sobre questões que na crise atual do paradigma moderno, parece voltar-se para versões distintas de valorização local.

Palavras chave: Engenho Central de Piracicaba - Patrimônio Industrial – Comunicação Social - Usos do território urbanizado



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

“CENTRAL OLD SUGAR CANE PLANT AS INDUSTRIAL HERITAGES: **The uses of the urbanized territory**”.

Abstract
Dissertação de Mestrado

Carmen Rita Furlani Blanco

The comprehension of urban territorial dynamic goes through the understanding of (re) building process of modern cities. Therefore, this study had aimed to discuss the main aspects of social communication about preservation of industrial heritages , in a sense to promote news approaches related to its functions that could bring back values such historical-cultural and addition of new ones like social values for its uses. The understanding of which we are calling in this paper “noises” from the “Central Old Sugar Cane Plant of Piracicaba”, Brazil, as an important heritage build-analyzed here through out its old and actual functions and also integrated to social communication, could show others possibilities to the urban territory, more compatible with the local community needs. This quantitative research was carried on from observations collected in the place where the mentioned build is located and through interview with local house residents, visitors and representatives of local government.

The Central Old Sugar Cane Plant has been chosen, not as a case study, but as a cultural way that made possible to articulate different aspects of the actual paradigm that seems to turn into versions for the local valorization

Key words: Central Old Sugar Cane Plant, social communication, heritage building, uses of urban territory

INTRODUÇÃO

I

“A idéia de recursos é restritiva e conduz à práxis repetitivas; a idéia de valor alarga os horizontes, convoca a sensibilidade e permite o pensamento criador. A idéia de recursos se enraizou numa sociedade empobrecida pelo economicismo como um veto formal a toda vontade de encontrar novas possibilidades e novas combinações. (...) Só a idéia de valor aponta para os princípios definidores de uma ação redentora, indica uma racionalidade diferente rompida com a racionalidade do status quo. Um modelo cívico, sobretudo em um país como o nosso - em que a figura do cidadão jamais teve um apreço verdadeiro - exigirá como premissa indispensável, esta coragem de ser o que a nossa civilização parece coibir e até proibir”

(Milton Santos 2000, p. 99)

O interesse por esse tema está relacionado com as atividades desenvolvidas durante minha formação, tanto pessoal quanto profissional, assim como a escolha da área de Comunicação Social foi marcada pelo fato de que sempre tive uma ligação com os lugares, cidades, pessoas, suas expressões - a maneira como e onde vivem -, e a idéia de que através das imagens captadas, preservamos a memória desses momentos.

Assim, no período de 1985 até 1988, trabalhei no M.I.S. (Museu de Imagem e do Som), fazendo a programação de filmes, utilizando os mais diferentes e diversos espaços da cidade de Campinas: praças, ruas do centro, espaços alternativos. Naquele momento, percebi que poderia proporcionar às mais diversas camadas de nossa sociedade, a convivência com aquilo que para muitos parecia estar distante.

Dando continuidade ao meu trabalho, após uma parceria com a Secretaria de Obras (Departamento de Parques e Jardins), - através da utilização de canais de comunicação com profissionais de outras áreas-, tive a oportunidade de

desenvolver um evento no qual era proposto fazer dentre outras atividades culturais, um levantamento de matas remanescentes de Campinas e região, confeccionando um mapa, de localização e situação, baseado em fotos aéreas. A organização e interpretação deste material permitiu -me, mostrar a cidade, o que lhe restava de matas nativas e ainda propor uma ação integrada entre os envolvidos.

Em seguida, trabalhei no jornal Folha de SP (sucursal de Campinas), como repórter fotográfica, mais uma vez, percorrendo a cidade e região, seus espaços, suas diferenças, enfim, sua dinâmica, e tornando coletivo, aquilo que era para mim, algo único e muito especial.

Com meu trabalho em ONG's, continuei registrando imagens e me envolvendo mais ainda em movimentos que, na época, proporcionaram mudanças, através da participação da sociedade civil, promovendo ações, e proporcionando um verdadeiro exercício de cidadania. Com parcerias junto à empresas privadas, pude desenvolver projetos nos quais o conhecimento do espaço e do lugar se deu através do mapeamento das pessoas, das comunidades que ali viviam e a capacidade de mudança que unidas apresentavam.

Novamente em contato com a universidade, na minha especialização em Ciências Ambientais na cidade de Itatiba, desenvolvi, junto com os colegas de turma, uma pesquisa, fazendo um diagnóstico ambiental do município de Vargem Grande do Sul, onde fizemos um levantamento do meio antrópico, físico, biológico e dos recursos hídricos, propondo-se ao final, uma ação.

Na universidade, ministrei aulas de fotografia no curso de Turismo, e mais uma vez, propus aos alunos, fazermos um diagnóstico, através de imagens por eles captadas, de pontos com potenciais turísticos de diferentes regiões escolhidas.

Em Piracicaba, fui contratada para integrar a equipe de trabalho do Projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, desenvolvendo uma pesquisa de campo e participando com profissionais de diversas áreas (arquitetura, biologia, museologia, física e outros) das reuniões de elaboração do projeto. Esse contato me levantou alguns questionamentos e percepções que resultaram nesta pesquisa de mestrado e no ingresso na pós-graduação da geografia.

Um questionário foi elaborado pela equipe do projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, na tentativa de levantar alguns aspectos importantes para a elaboração deste projeto, por este motivo, uma questão é colocada: Será que a população participa dos processos decisórios, com relação ao uso deste patrimônio industrial, tão importante para todos ? Surge assim a proposta de levantar, o que nesta pesquisa está sendo chamado de “ruídos”, ou seja, aquilo que impede que o uso de um bem, seja feito de forma que leve em consideração o que realmente a população deseja, partindo do pressuposto de que a compreensão do território se faz a partir da idéia de que é preciso analisá-lo, compreendê-lo, em todos os seus aspectos sejam eles sociais, culturais políticos, econômicos e ecológicos para se buscar repostas efetivas. Depois de um levantamento bibliográfico sobre a fundamentação teórica, lancei mão de mapas e fotos como importantes instrumentos de trabalho, sem os quais, ficaria mais difícil situar geograficamente a região e fazer um levantamento de alguns aspectos importantes.

As matérias de jornal também foram de grande importância, na medida que elas “denunciam” o uso atual deste patrimônio industrial. O uso de um meio de comunicação – jornal - colocando à mostra mais uma vez aquilo que chamei de ruído, dissonância.

A mobilização de diversos setores da sociedade coloca a questão do patrimônio industrial como um tema interdisciplinar, na medida que compreende a análise de tipos e distribuição no espaço das edificações, o estudo de vestígios

material, de documentos escritos de testemunhos orais, levantamento, documentação e preservação.

A pesquisa, nesse sentido, objetivou dar ênfase aos “ruídos” existentes. Através dela, colocou-se em evidência, o que o Engenho Central (bem patrimonial industrial) foi, em termos de função, o que atualmente significa e como deveria ser.

Assim, a interpretação e análise de alguns aspectos se deram a partir do entendimento do território urbanizado. As questões levantadas não tiveram um aprofundamento em suas discussões, devido, principalmente ao tempo disposto, mas deixaram evidentes os “ruídos”, principalmente em relação ao uso dado ao Engenho Central. A pesquisa permanece assim, fundamental, porque fornece dados que não poderiam ser obtidos através de fontes documentais.

As respostas e depoimentos “in situ” dão ao trabalho elementos que dificilmente seriam identificáveis por outra forma. A apresentação desta dissertação em forma de áudio – visual, busca reforçar a conexão entre a comunicação social, a geografia o território urbanizado e o Engenho Central.

Nesse momento de aprofundamento do conhecimento que envolve tanto o território onde está localizado o Engenho Central, quanto sua relação com a comunidade local e com o mundo, busco contribuir para que novas práticas sócio-espaciais possam ser levantadas.

II

A cidade de Piracicaba no processo de urbanização do território não pode ser deixada de lado. A evolução histórica da cidade, os modos de produção capitalista, o espaço construído, a natureza apropriada em suas relações, caracterizam o processo de urbanização. Nesta cidade, cheia de conflitos e contradições, insere-se o Engenho Central de Piracicaba. Em 1992, foi tombado ,

e assim passa a ser considerado patrimônio histórico. Neste conceito, insere-se o de *patrimônio industrial*, tema considerado novo. Não tão novos são os edifícios e a restauração como disciplina surgida para a preservação destes e sua transmissão para o futuro. O surgimento do conceito de *patrimônio industrial* foi resultado, entre outros fatores, do aparecimento de uma nova sociedade industrial, responsável pela rápida transformação do ambiente construído e pela depredação e desaparecimento de várias construções significativas.

O Engenho Central de Piracicaba ocupa uma vasta área dentro do centro urbano de Piracicaba, e sua obsolência torna bastante delicada a questão de sua preservação. Desaparecem não apenas os edifícios industriais em si, mas os vestígios dos produtos ali fabricados, dos métodos de produção, das condições de trabalho e moradia dos operários, das relações sociais e espaciais da cidade de Piracicaba. O resgate de seu valor tanto histórico-cultural como social passa a estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, visando o futuro.

III

Assim sendo, no capítulo I, o objeto principal desta pesquisa - O Engenho Central de Piracicaba é colocado no contexto do território urbanizado, enfatizando os seus usos e ruídos, relacionados ao patrimônio industrial. O capítulo II diz respeito à apresentação do espaço geográfico onde localiza-se o Engenho Central: a cidade de Piracicaba. No capítulo III, é discutida uma nova perspectiva para o patrimônio industrial destacando o Engenho Central de Piracicaba no contexto. O capítulo IV discorre sobre a importância da Comunicação Social como veículo próprio da análise e interpretação das informações da pesquisa para a busca de novas práticas sócio-espaciais. Em seguida, esta dissertação apresenta algumas considerações finais, como forma de contribuir para uma análise mais abrangente.

Hoje, no mundo globalizado, torna-se necessário articular e propor novas práticas sócio-espaciais, ecológicas, sócio-culturais e pedagógicas, considerando a responsabilidade sócio-ambiental dos sistemas produtivos e buscando a valorização da qualidade ambiental. As preocupações com as questões ambientais e sociais põem em pauta a necessidade de um processo de engajamento de todos os agentes, que, de alguma forma possam estar intervindo no território.

A forte presença humana transforma o ambiente natural e estabelece novos fluxos de pessoas, de energia, de recursos econômicos e de relações sociais.

As mudanças ambientais e ecológicas do globo estão entremeadas por uma teia complexa de implicações sociais, econômicas e científicas. É um desafio urgente às ciências naturais, sociais, engenharia, à comunidade mundial das nações e seus cidadãos compreenderem a realidade e as possíveis conseqüências das mudanças pelas quais passa o mundo em que vivemos. (SIMON, 1999, p. 130).

“O nosso planeta passa por mudanças diferentes das ocorridas anteriormente em termos de escalas e ritmos. Agora as atividades humanas são uma força significativa de propulsão das mudanças ambientais do globo”.¹ É de modo significativo que na relação entre sociedade e natureza, quando usamos energia e emitimos poluentes afetamos o sistema terrestre.

As constantes intervenções sócio-econômicas e políticas no território urbanizado devem ser pensadas através da dinâmica territorial que não só passam por conhecimentos profissionais e

¹ SIMON, Cherryl “ Uma terra, um futuro”; tradução Maria Cláudia Santos Ribeiro Rato; revisão técnica Antonio Christofolletti- São Paulo.- Makron Books, 1992

científicos, mas também pelas relações de poder e conflitos de interesses. (BORTOLOZZI, 2006, p. 27).

O conhecimento integrado da geografia nas suas diferentes escalas espaciais muito pode acrescentar na conscientização da população sobre o uso do território onde se encontra o Engenho Central.

Como base teórica para esse estudo, foi dada ênfase à compreensão do espaço geográfico como território urbanizado, onde a estrutura capitalista através do seu processo histórico gerou formas sócio-espaciais que neste trabalho tem como exemplo a do Engenho Central, além desta, tem como base teórica também a da comunicação social, proporcionando na atualidade o resgate histórico-social do Engenho de Açúcar que no início do século XX foi a grande alavanca para o desenvolvimento econômico do Brasil na época. Qualquer estudo que leve em consideração a formação sócio-espacial, segundo SANTOS (p.98,1982), “terá que iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço”. Diante disso, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendram, sem, entretanto, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o desenvolvimento local.

Os principais objetivos desta pesquisa foram: abrir uma possibilidade de levantamento dos “ruídos” e conflitos com relação ao uso do patrimônio industrial; detectar, através das entrevistas, como está sendo usado hoje este bem cultural, quais as propostas atuais para seu uso, a visão e conscientização daqueles que as formulam para que esta leitura possa interpretar e propor novas práticas sócio-espaciais ao Engenho Central; propiciar o questionamento do seu papel social, para que este possa cumprir sua função dentro da comunidade, já que este é um espaço público extremamente importante para a cidade e seus cidadãos, e

apontar alternativas de sugestões de novas práticas sócio-espaciais, como políticas públicas urbanas mais adequadas para a preservação deste patrimônio.

Nós, enquanto pesquisadores não somos meros relatores passivos: a imersão no cotidiano, a familiaridade com os acontecimentos diários e a percepção das concepções que embasam práticas e costumes supõe que os sujeitos da pesquisa têm representações, parciais e incompletas, mas construídas com relativa coerência em relação a sua visão e experiência. (CHIZOTTI, 2005. p.37).

Desta forma buscou-se detectar no espaço e no tempo vivido pelos investigados, partilhando de suas experiências, para reconstituir adequadamente o sentido que os atores sociais (moradores) lhes dão a ela (pesquisa implicada).

Nesta pesquisa foram utilizadas entrevistas semi-abertas. Os testemunhos orais das pessoas presentes, seu envolvimento e análise puderam esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema. Assim, com o objetivo de compreender a problemática em questão, foram relevantes as respostas dos moradores em relação ao lugar.

Partindo deste conceito, foram utilizadas como instrumentos metodológicos entrevistas realizadas com professores da rede pública e privada, usuários do local (visitantes pertencentes à cidade de Piracicaba), moradores da área do entorno do Engenho Central e poder público a fim de descobrir se existe uma relação de identidade da população local com o bem patrimonial/industrial do Engenho Central. As informações obtidas nessas entrevistas foram tabuladas, analisadas e interpretadas considerando a análise de conteúdo. Segundo CHIZZOTTI (2005, p.98): “A análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas de coleta de dados consubstanciadas em um documento”. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou

documento. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente e as significações e conteúdo das informações. Além disso, no trabalho de campo, procuramos reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações que foram documentadas. Neste sentido, as entrevistas foram realizadas “in loco” com as pessoas que freqüentam o Engenho Central nos finais de semana, e que também tem aquele lugar como local de trabalho. Já as entrevistas aplicadas aos professores, objetivaram traçar o perfil de quem deveria formar consciências e construir cidadania. A pesquisa não faz um levantamento, mas sim amplia a voz de quem quer falar. Queremos que ele sobreviva como espaço que deve ser ocupado por todos, tanto na memória como para futuras gerações que estão aí, para usufruir deste lugar.

Não podemos deixar de falar sobre o processo que nos faz redescobrir a corporeidade e temporalidade: a globalização, que coloca a nossa frente, o mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a freqüência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender.

As constantes e crescentes necessidades deste atual regime proposto fazem do espaço um campo de forças multicomplexas, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos deste espaço: homens, empresas, instituições e o meio ambiente construído. (SANTOS, 1986, p.29).

Capítulo I

O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA: usos e ruídos do território urbanizado.

O Engenho Central de Piracicaba, em sua forma atual, é resultado de um processo histórico de formação do território, que no contexto da globalização mundial e numa estrutura capitalista exerce, atualmente, determinada função que em nada se assemelha às funções exercitadas no passado.

Figura 1.1 - Foto da vista aérea do Engenho Central de Piracicaba, e o território urbanizado.



Foto: Arquivo equipe MCT 2002.

Figura 1.2: Foto vista parcial das construções do Engenho Central de Piracicaba.



Foto: Luísa Blanco 2005

Tendo o território como recorte espacial, é possível uma aproximação do olhar sobre as relações dos atores envolvidos no contexto urbanizado, no qual o tecido social se (re) constrói continuamente. No entanto, é por meio da categoria do território usado que segundo SANTOS (1998 p.98), “ o espaço se concretiza, permitindo a apreensão da ação na construção das condições materiais e imateriais da vida”.

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades - territorialidades - que estão inscritas em processos sendo, portanto dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social. (GONÇALVES, 2002, p.230).

O território urbanizado está entremeado por uma teia complexa de implicações científicas, sócio-econômicas, culturais e políticas. Segundo Bortolozzi (2005), “é um desafio urgente às ciências sociais, apontar novos caminhos e possibilidades de mudanças nessa relação”. Dentre os inúmeros aspectos da produção do território urbanizado, podemos destacar a urbanização como principal no crescimento desenfreado da população, seguido pela destruição dos recursos naturais, da utilização de tecnologias poluentes, de baixa eficácia energética, e, sobretudo da reafirmação de valores que aumentam o consumismo.

O homem alienado é como se houvessem manietado, para roubar-lhe a ação, e imposto barreiras à visão, para cegá-lo. Seus olhos são fechados para a essência das coisas. Mas, nenhum ser humano se contenta com a aparência. A busca da essência é sua contradição fundamental, um movimento sem-fim que inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo. Aí a aparência dilui sua feição claro-escuro, e nesse processo sofrido, porque atinge a profundidade do ser, a essência do homem se revigora. Quando a aparência se dissolve, é a essência que começa a se impor à sensibilidade. Esta mutação é reveladora porque permite abandonar o mundo dos fenômenos e abordar o universo das significações. (SANTOS, 1987, p.58).

O território urbanizado coloca-se entre as escalas espaciais do global e do local. Assim, como ressaltado por SANTOS.

Na escala local se produz uma contra – ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizadas. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica, por isso com freqüência podem se entregar a manifestações que são a contra face do pragmatismo.

(...) Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. (SANTOS, 2006, p.114)

As preocupações com as questões ambientais e sociais põem em pauta a necessidade de um processo de engajamento de todos os agentes, que de alguma forma possam intervir no território urbano.

Foi, portanto, a partir da constatação da presença de alterações profundas no seu objeto de estudo e projeto (a cidade), assim como da insuficiência de seus instrumentos de análise, invalidando as suas premissas de trabalho, que o urbanismo reencontrou, na segunda metade do século XX, o termo *território*. Embora tenha recebido um olhar de viés dos geógrafos, zelosos, de sua precedência no uso do termo, os urbanistas defrontados com a nova organização urbana, não puderam abrir mão do termo *território* para realizar suas propostas. (MEYER, 2006, p.75)

Da mesma forma, para intervir no território, os urbanistas tiveram a necessidade de aperfeiçoar seus instrumentos de leitura e de interpretação do mesmo. Esse encaminhamento é uma verdadeira revolução na relação entre o urbanismo e o território pois exige de saída que uma atividade de projeto se inicie pela análise que definirá , da forma mais precisa e justificada possível , o trecho urbano que será objeto de intervenção.

O urbanismo está vivendo uma fase rica de criação de hipóteses, de caminhos alternativos, desafiado pelo próprio objeto de trabalho, **a cidade**, que se transformou em outro ente, - **o território**. Neste percurso, estabelecer uma relação mais exigente com o este termo, tem se mostrado fundamental.

Dentre muitos conceitos que surgiram, alguns tais como, exopólis, metápolis, heterópolis, revelam a determinação dos estudiosos de penetrar a reestruturação do *território* em termos funcionais, econômicos, sociais e até mesmo formais. Todos eles apontam para o enfraquecimento da cidade compacta, que foi o principal alvo do urbanismo. Segundo Roncayolo (1993, p.94): “a cidade é um *território* que organiza *territórios*”.

Esta afirmação fornece ao urbanismo um caminho promissor, na medida em que se abriu uma frente de trabalho na qual a própria cidade é a chave para a reorganização territorial. Face a tal lamentada abdicação do projeto total que exigia uma atitude idealizada de suas funções e, que era o mais grave, uma simplificação de seu funcionamento, o urbanismo viu-se novamente capaz de alimentar seu método de trabalho, criando novas abordagens sem precisar abandonar seu objeto primordial- a cidade-agora assumida na escala territorial da geografia. (Roncayolo, 1993, p.101)

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2006, p.101)

Daí, o fato de nos referirmos a *território*, todas as vezes que queremos nos referir ao Engenho Central.

Nos itens 1.1 e 1.2, que se seguem, é feita uma exposição de dois aspectos considerados importantes, nos quais se demonstra a dissonância que existe em relação ao uso proposto do território e a comunidade.

1.1. As propostas atuais para uso do Engenho Central

As propostas atuais de uso são apresentadas neste capítulo, através de matérias de jornais, fotos de maquetes e imagens de projetos que mostram propostas de vários arquitetos. São apresentadas quatro propostas de uso e ocupação do Engenho Central.

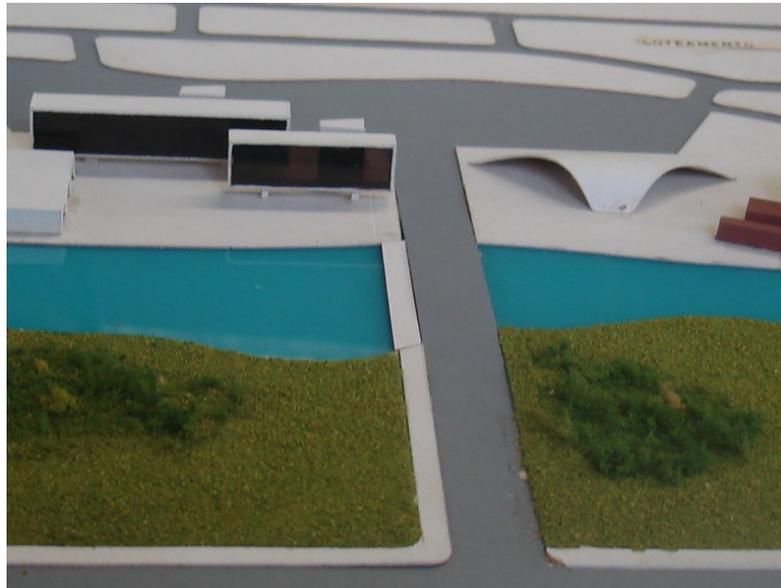
Em 1980, o arquiteto, **OSCAR NIEMAYER**, propõe uma intervenção que segue os conceitos e princípios de suas intervenções, nas quais a questão plástica, estética e escultórica prevalece sobre as demais. Neste projeto, ele aproveita apenas os dois principais edifícios na sua visão (os gêmeos) e propõe a demolição das outras construções existentes abrindo espaços para sua arquitetura de formas curvas e geométricas características deste grande arquiteto brasileiro.

Figura 1.3: Foto da maquete do projeto de Niemeyer mostrando a implantação proposta.



Fonte: IPPLAP Piracicaba 2007.

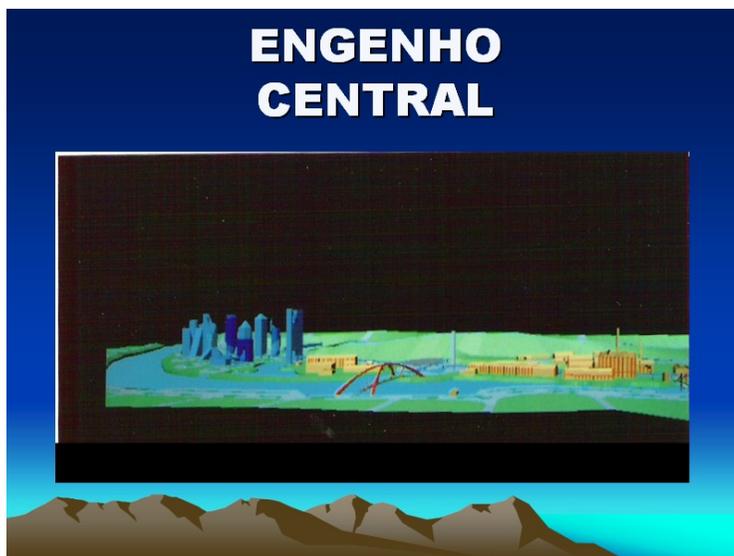
Figura 1.4: Foto da maquete do projeto de Niemeyer com suas formas curvas e geométricas.



Fonte: IPPLAP Piracicaba 2007

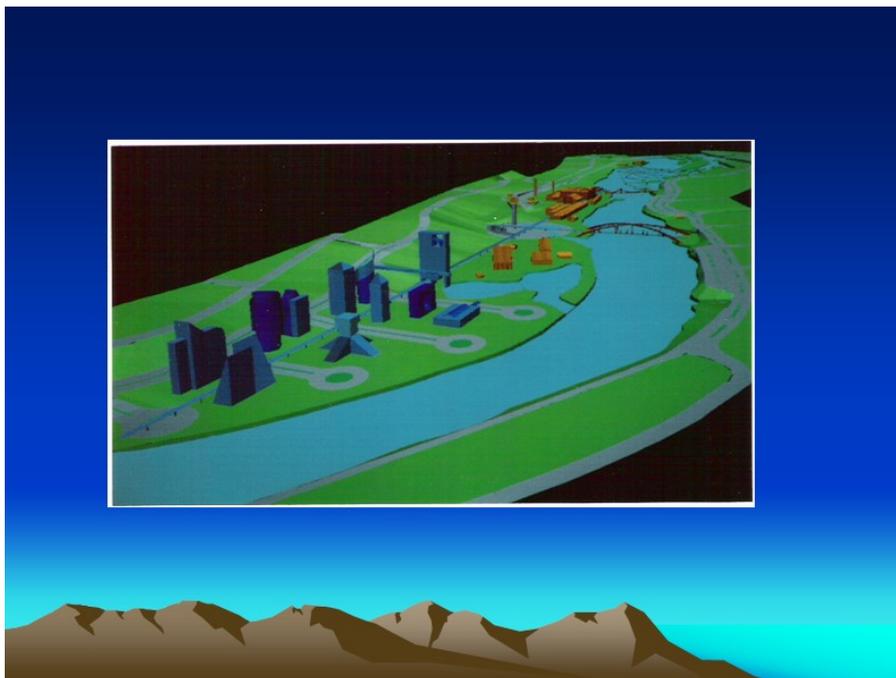
Em 1988, outro estudo para ocupação do Engenho Central é apresentado por **CARLOS BRATKE**. Neste, o Engenho Central é comparado à Avenida Paulista, ou à Marginal Pinheiros, e ele propõe a construção de uma série de prédios, com figuras geométricas, ocupando inclusive a área verde do Engenho Central. A ocupação é feita desde a Ponte do Mirante até a Ponte do Morato.

Figura 1.5: Imagem digital da maquete do projeto de BRATKE com suas formas geométricas.



Fonte: IPPLAP Piracicaba 2007

Figura 1.6: Imagem digital da maquete do projeto de BRATKE vista superior.



Fonte: IPPLAP Piracicaba 2007

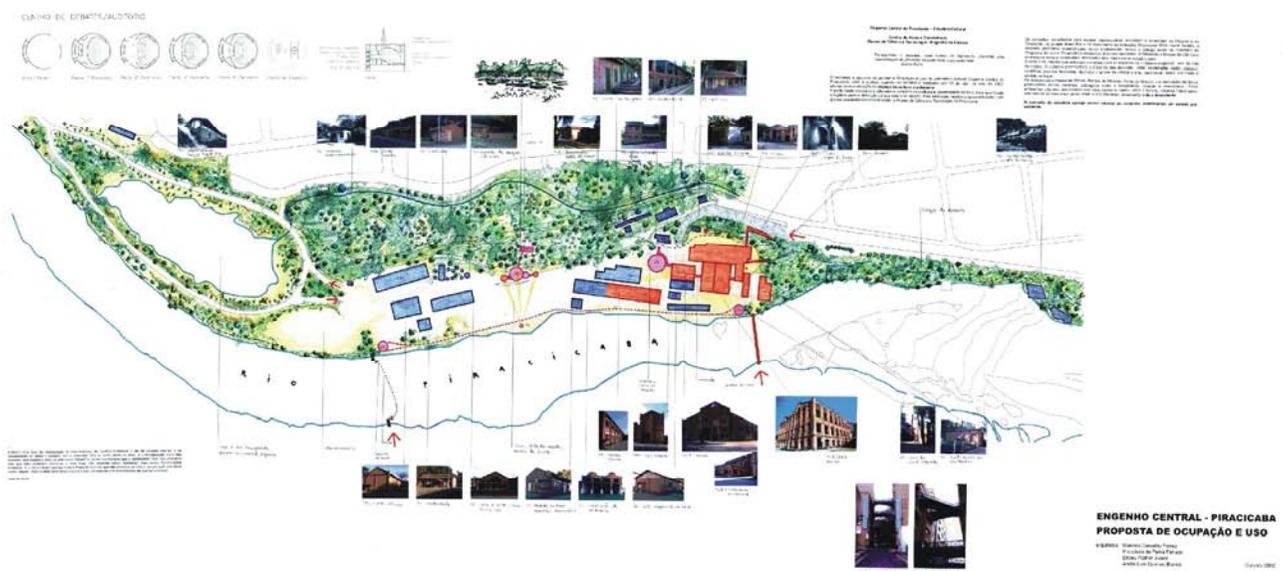
Em 2003, com projeto de uso e ocupação do Engenho elaborado pelos Arquitetos **ANDRÉ BLANCO, DIRCEU ROTHER, MARCELO FERRAZ, FRANCISCO FANUCCI**, e uma equipe formada por profissionais de outras áreas (biologia, física, história dentre outras) se reuniu para pensar em um projeto denominado “Engenho da Ciência” e o plano de uso e ocupação daquele espaço: O Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba seria instalado no Engenho Central. Ele ocuparia 50% da área construída do complexo, que é de 16.000 metros quadrados, num total de 8.000 deles voltados para exposições permanentes e temporárias, o centro de aprendizagem e os serviços de apoio aos visitantes (restaurantes, lojas, cafés, lanchonetes, Centro de Recepção, etc.).

As atividades que vêm sendo desenvolvidas no Engenho desde sua devolução à comunidade, bem como as manifestações e participações populares, têm apontado os parâmetros para a utilização deste espaço quais sejam a

multiplicidade dos usos para atividades de cultura e lazer destinados para as mais amplas camadas da população, respeitando-se a harmonia do conjunto arquitetônico e ambiental.

Foram tais parâmetros que orientaram a proposta do projeto de instalação do Engenho da Ciência: Museu de Ciência e Tecnologia no conjunto arquitetônico do Engenho Central e a concepção da ocupação e uso do conjunto como uma cidadela.

Figura 1.7: Desenho da implantação proposta pelo projeto pelos Arquitetos André Blanco/Dirceu Rother e Marcelo Ferraz/Francisco Fanucci.



Fonte: Equipe do MCT Engenho da Ciência 2003.

Figura 1.8: Imagem aérea da implantação proposta pelo projeto pelos Arquitetos André Blanco/Dirceu Rother e Marcelo Ferraz/Francisco Fanucci.



Fonte: Equipe do MCT Engenho da Ciência 2003.

Figura 1.9: Vista geral da proposta mostrando a intervenção na paisagem.



Fonte: Equipe do MCT Engenho da Ciência 2003.

Em 2007, o Arquiteto **PAULO MENDES DA ROCHA**, numa parceria entre poder público e empresas privadas, propõe mais uma intervenção no Engenho Central de Piracicaba.

Figura 1.10 – Primeira página da Gazeta de Piracicaba, “Megaprojeto”

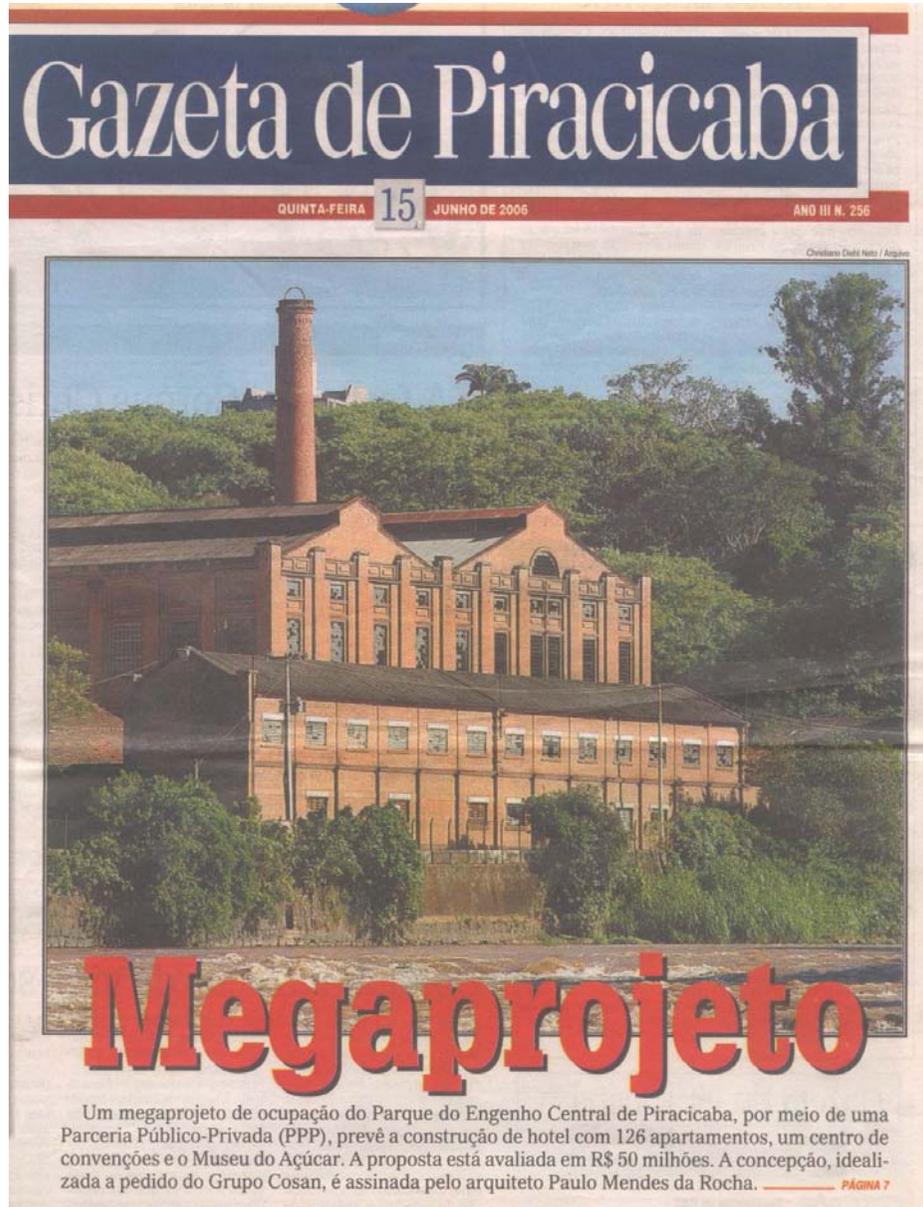


Figura 1.11 – Jornal Gazeta de Piracicaba, sobre a implantação de Hotel no Engenho “Megaprojeto”



Como podemos ver as intervenções propostas nem sempre estão de acordo com as necessidades da comunidade, e sim por vontade política partidária e de grupos minoritários e especulativos da sociedade.

Figura 1.12 – Jornal de Piracicaba, sobre o restauro do Engenho para 2007 “Megaprojeto”

A-8 SEXTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2006 Cidades

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Engenho Central será restaurado em 2007

Anúncio foi feito pelo prefeito Barjas Negri (PSDB) ontem, durante palestra no Centro Cívico

RODRIGO GUADAGNIM
rguada@jpjournal.com.br

Marcelo Germano/JP



A restauração do Parque do Engenho Central começa no ano que vem. A informação foi passada pelo prefeito Barjas Negri (PSDB) ontem à noite, durante a palestra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Segundo Barjas, R\$ 650 mil foram reservados no orçamento de 2007 para iniciar a restauração de um dos prédios. Em 2008, outros R\$ 650 mil serão investidos. “Vou investir R\$ 1,5 milhão no Engenho para estimular investidores (privados) a fazerem o mesmo”, disse.

O presidente do Grupo Cosan, Rubens Silveira Mello, também esteve no local e prometeu fazer doações financeiras para executar o projeto de ocupação do Engenho Central, desenvolvido por Mendes da Rocha, a pedido do grupo. Ele afirmou articular junto a um grupo de empresários que também estaria disposto a investir na área, sem interesse em explorar economicamente o local depois.

Como o projeto de Mendes da Rocha prevê a construção de um hotel no Engenho, houve muita controvérsia, que resultaram em um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público. Uma das indagações referia-se à manutenção do uso público da área.

Silveira Mello se disse ofendido com tais comentários. “Dói ouvir que o Grupo Cosan tem interesse em administrar um hotel. Fazemos as coisas com a melhor das intenções e depois ouvimos que temos interesse em explorar a área”, disse.

Um dos questionamentos do inquérito civil referia-se a um possível dirigismo em uma futura licitação, já que a construção seria feita por meio de uma PPP (Parceria Público-Privada). O fato de o Grupo Cosan e outros investidores manifestarem interesse antecipadamente, não significa que haverá direcionamento em futura licitação. “Isso não existe porque o dinheiro repassado por ele virá por meio de doações e não por PPP”.

Um ponto que não foi esclarecido durante a palestra foi sobre a demolição de cinco edifícios dos 17 existentes. O decreto-lei 25, de 1937 impede que as coisas tombadas sejam demolidas.

OCUPAÇÃO
Arquiteto Paulo Mendes da Rocha explicou a proposta de utilização do espaço do Engenho Central

Prefeito reservou R\$ 650 mil para início do projeto

Neste projeto, o arquiteto propõe uma conexão do conjunto à margem oposta do Rio Piracicaba através de duas novas pontes de pedestres, que dá acesso ao edifício do Grande Teatro e ao parque do Mirante. São duas novas travessias. Configura-se quatro sub-áreas assim listadas: Parque do Mirante, Bosque, Esplanada e Praça do Grande Pavilhão de Exposições.

Nestas sub-áreas localizam-se os diversos equipamentos estruturadores do Parque do Engenho: Restaurante do Mirante, Grande Teatro (edifícios 05/07), Administração (edifício 14-A), Exposições (edifícios 09/10, 14, 14B, 15), Restaurante da Esplanada (edifício 17), Hotel (edifícios 14 B e 14 C).

1.2. Depoimentos dos entrevistados.

Seguem aqui alguns depoimentos, considerados importantes e que atestam os “ruídos” existentes entre as propostas feitas em conjunto com o poder público, empresas privadas e a população dividida entre moradores, professores e freqüentadores do local. Destacamos aqui, a pergunta que se refere ao melhor uso dado ao Engenho Central. Vejam as mais relevantes respostas:

“Reforma / restauração”

“Restaurar, conservar suas características”

“Restauração de cada espaço. Para cada edifício uma utilização, com diferentes atividades voltadas para a população”

“Deveria haver mais cuidado com as construções, deve ser preservado e restaurado”

“Os galpões devem ser primeiramente preservados e restaurados, para espaços culturais (oficinas culturais)”,

“Deve ser usado com coerência com sua história e conservação”

“Resgatar a sua história. Desenvolver aspectos culturais e turísticos”

“Conservar suas características, o que não impede de ter eventos culturais”

“Conservação e preservação da beleza e do patrimônio, aproveitamento dos barracões para eventos culturais”

“Restauração de todos os barracões”

“Enfatizar o valor histórico, e transformá-lo em um grande centro cultural e educacional ativo”

“Ser preservado e usado como espaço cultural e recreativo”

“Deveria ser completamente restaurado e transformado em um Palácio da Cultura”, onde seriam realizados diversos eventos culturais de baixo custo a população”

“Construção de uma biblioteca para todos, cursos de pintura, teatro, culinária, artes em geral”

“Mais atividades culturais, projetos envolvendo a comunidade”

“Espaço cultural para formação e informação da população”

“A restauração completa, a montagem de exposições ou até de um museu, oficinas de teatro, cursos profissionalizantes, tornando o uso mais freqüente”

“Acredito que seja mesmo como espaço cultural. Entretanto, deveria ser mais valorizado como patrimônio histórico”

“Deveria ser mantida a estrutura, mas com restaurações para que algumas exposições, oficinas pudessem ser permanentes”

“Passeios turísticos com finalidade pedagógica, onde a história do lugar fosse resgatada”

“Reconstrução do ambiente como era na época em que o Engenho era ativo, para visitação”

Fica clara assim, a dissonância existente entre as propostas apresentadas para o uso do referido bem patrimonial industrial e os desejos e necessidades da população.

CAPÍTULO II

ÁREA DO ENTORNO DO ENGENHO CENTRAL: a cidade de Piracicaba.

Figura 2.1 – Vista parcial mostrando os “Gêmeos” uma das construções mais importantes do Engenho Central.

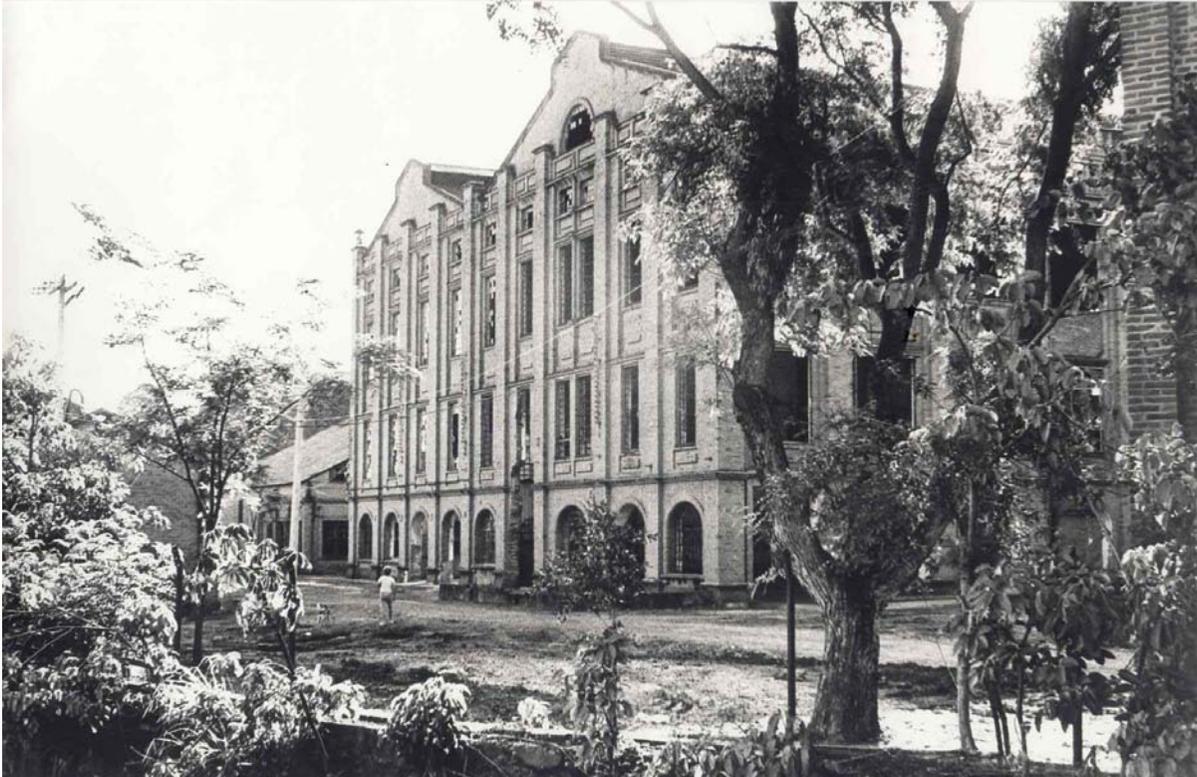


Foto: Foto de autor desconhecido e sem data, arquivo MCT Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba.

Temos de comprar ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários a sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo destes bens, que deveriam ser públicos porque são essenciais. (JACOBS, 2000, p.245).

Isto, ontem e hoje, pois trata - se de uma condição histórica. O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece material, social, política cultural e moralmente. Diante de tantos usos e abusos, o cidadão se torna impotente.

O território urbanizado apresenta-se como um aglomerado de signos, ou seja, traços, tamanhos, cores, texturas, cheiros, formas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, juntos e dispersos, visto que não há o que os organize. Para lê-los, é necessário romper aquele hábito e surpreender-se ante o local do dia a dia.

A cidade recebeu diretamente as conseqüências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial e sofre muitas transformações. O rápido crescimento populacional gerava uma procura por espaço, e por outro lado o crescimento territorial das cidades no século XVIII e da primeira metade do século XIX estava restrito a um determinado nível, além do fato de que se tornava cada vez mais difícil, percorrer a pé, grandes distâncias entre o trabalho e a moradia. (SPÓSITO, 1988, p.94)

Paralelamente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, já tornara a terra também uma mercadoria, o que significava que o acesso a uma parcela do espaço destas cidades estava mediado, pela compra ou aluguel de terrenos, com construções ou não.

Como conseqüência direta, houve então um adensamento populacional muito grande. O crescimento das cidades tornou o centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada periferia.

Cem anos após a Revolução Industrial, o chamado centro guardava a sua estrutura original com seus monumentos, suas ruas estreitas, algumas casas pequenas e compactas, jardins e pátios anexos às residências dos mais ricos. Estes foram abandonando, aos poucos, os centros, onde se amontoavam trabalhadores pobres e recém-migrados do campo. Nos pátios e jardins eram feitas novas construções de casas, indústrias, barracões, tornando a densidade, elevadíssima.

A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-imigrados do campo), unidades industriais maiores e depósitos. Esses novos setores da cidade foram, com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais complexo.

Contribuiu para esse crescimento das cidades, que denotava uma desordem muita grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida. Ele próprio passou a ser especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. Assim, a classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários.

A cidade, o bairro, a casa iam sendo assim determinados pelos interesses do lucro. As ruas eram estreitas demais, principalmente no centro, e insuficientes para a circulação de pessoas, dos veículos puxados por animais, para escoamento do esgoto, criação de porcos e ainda locais de brincadeiras das crianças.

As casas eram muito pequenas. Muitos continham as mesmas acomodações das moradias do campo, mas a falta de espaço ao redor delas se

constituía em séria dificuldade para a eliminação do lixo, para a ventilação, a insolação, para a realização de alguns trabalhos domésticos. Os pátios, quando havia, eram reduzidos e estavam cercados por construções de todos os lados. Além disso, a maioria dessas casas localizava-se próximo das indústrias e estradas de ferro, fontes de fumaça, barulho e poluição dos rios.

A cidade era a própria desordem, e já na primeira metade do século XIX, percebia-se a quebra de certa homogeneidade do seu padrão arquitetônico e o fim da cidade como ambiente comum. O desenvolvimento capitalista e os inúmeros “problemas” urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação das classes sociais dentro da cidade: os bairros de pobres, os bairros de ricos. Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos.

Figura 2.2 – Fotomontagem ilustrando a articulação e fragmentação do espaço urbano



Fonte: autoria equipe do MCT Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba 2003.

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado. Ao mesmo tempo em que ele proporciona um deslocamento, ele segrega e desarticula, trazendo à tona as diferenças sociais que a estrutura capitalista impõe.

Esta segregação é feita pelo Estado na medida em que ele controla o mercado, fazendo uma seleção de qual espaço urbano deverá ser utilizado e por quem. E pela classe dominante, que segrega indo habitar onde e como desejar.

A partir do século XIX, a industrialização vai gerar dois padrões locacionais intra-urbanos. Podemos tomar como exemplo o Engenho Central que se instalou, na época, em um local junto às fontes de águas límpidas e energia hidráulica, perto de onde surgiram as vilas, e posteriormente incorporado a cidade, se tornando um bairro.

No começo do século XX, faz-se necessário a descentralização das indústrias, devido à necessidade de espaço, aumento da escala de produção e novas técnicas produtivas. As que permaneceram na região central foram aquelas em que as construções centrais existentes puderam se adaptar as suas necessidades.

Segundo De Grazia, (2003, p.55) “A cidade é o lugar de conflito e da diversidade cuja origem depende da história de cada localidade, construída por diferentes composições culturais, sociais, históricas, interesses organizados, conjunturas econômicas e políticas”. É também, um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano.

É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito da razão do sucesso inesperado e pautam – se por princípios derivados do comportamento e da aparência das cidades, subúrbios, sanatórios, feiras e cidades imaginárias perfeitas - qualquer coisa que não as cidades reais. (JACOBS, 2000 p. 5)

O lugar é onde a existência se realiza, onde a possibilidade de ação se torna concreta e onde o tecido social se (re) constrói diariamente. No lugar, é possível apreender o autêntico movimento da vida.

As cidades tem um grande papel na criação dos “fermentos” que conduzem a ampliar o grau de consciência. Por isso são espaços de revelação. A vida de cada um, nesse lugar das grandes mutações, é uma grande incógnita, porque para a grande maioria das pessoas a cidade, como um todo, ao primeiro contato é impalpável, não se deixando entender apenas com o que aprendemos em suas enormes quantidades, nada mais que a fração do todo. (JACOBS, 2000, p.119)

Assim, a concentração populacional nas áreas urbanas tem exercido pressão sobre as infra-estruturas urbanas básicas, marcadas pela insuficiência do atendimento, pela inexistência de serviços, pela escassez e, muitas vezes, pela adoção de soluções ambientalmente condenáveis. A pobreza está no centro de grande parte dos problemas ambientais e urbanos, e sua manifestação nos assentamentos humanos revelam o agravamento das condições de vida nas grandes cidades, principalmente, nos municípios metropolitanos.

2.1 A origem do Engenho Central na construção da cidade e sua evolução histórica.

Foi no ciclo das entradas e bandeiras que o Rio Piracicaba começou a ser percorrido e desbravado. Embora a fundação de Piracicaba tenha se apoiado na produção de gêneros de subsistência, sua evolução econômica e política esteve e está marcada pela lavoura de cana e produção de açúcar. Foi esse tipo de economia que justificou a elevação do povoado a categoria de freguesia e, mais tarde a vila.

No início do século XIX, o sucesso da produção de açúcar local deve-se a conjugação de fatores internos e externos: as condições morfoclimáticas e a rede hidrográfica, que possibilitavam uma produtividade superior a média da província, aliaram-se obras de infra-estrutura que baratearam, na medida do possível, os custos de exportação pelo Porto de Santos. Além disso, a revolução do Haiti (1798) e o bloqueio napoleônico no início do séc. XIX elevaram as cotações internacionais, tornando a produção paulista de açúcar economicamente viável.

É neste contexto que em 1881, é fundado o Engenho Central, pelo Barão de Rezende para explorar a indústria açucareira no município de Piracicaba. Localizado em área nobre da cidade, à margem direita do Rio Piracicaba, nascia, assim, o que seria até meados da década de 1920, a maior e mais importante indústria da região.

Além do processo de industrialização do açúcar, o Engenho Central, desde o início, ocupava-se também da organização e produção da matéria-prima, a cultura da cana de açúcar, em suas fazendas, funcionando de fato como uma usina. Representa, sem dúvida, um marco na história econômica do país bem como ainda traz para a população local, inúmeras lembranças de histórias suscitadas a partir do conjunto de suas edificações.

Sua existência neste período inicial foi bastante conturbada, principalmente em função do abastecimento insuficiente de matéria prima e de ser este um momento em que as relações de trabalho estavam indefinidas. Assim, naquele momento, em Piracicaba, começava a definir o perfil açucareiro da região.

Havia uma estratégia de intervenção econômica da classe proprietária agrícola piracicabana, frente a abolição da escravatura e das crises cíclicas da cafeicultura. A abolição do trabalho escravo, porém, colocava um outro desafio à classe proprietária, qual seja, a necessidade de organizar o mercado livre e estabelecer um novo código disciplinar que prescindisse dos métodos coercitivos, fundamentados nos instrumentos de coibição física, até então aplicados nos escravos. Isto implicava construir uma nova ética social, baseada na sociedade de homens livres e, portanto, construir uma nova noção de trabalho. O mercado de trabalho livre não se constituía a partir de ex-escravos. O contingente de trabalho, é formado principalmente por imigrantes. Assim, por volta de 1880, fluxos significativos de imigrantes dirigem-se Piracicaba e os fazendeiros passam a organizar suas colônias”. (TERCI, 1991, p.145)

O Engenho Central nos traz a lembrança do negro, vivendo na condição de escravo. Embora não constituísse as relações de trabalho empregadas para a produção industrial do açúcar naquela época, deixou as suas marcas e os seus vestígios, na edificação daquele patrimônio ².

² Conforme informações obtidas junto ao Instituto Geográfico de Piracicaba, há indícios de trabalho escravo na construção do Engenho Central. Um deles seria o assentamento do calçadão de pedras que constituía via principal de acesso as suas instalações

Figura 2.3 – Foto aérea mostrando a ocupação do Engenho Central à margem do Rio Piracicaba.



Foto: arquivo MCT Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba.

Assim, nesse cenário de mudanças o Engenho Central passa por uma série de reestruturações, fazendo parte de quatro sociedades sucessivas: a Empresa do Engenho Central (1881), a Niágara Paulista (1891), a Societé de Sucrerie de Piracicaba (1899) e a Societé de Sucrerie Brésiliennes (1907).³ Apesar disso, contando com o apoio da legislação e do capital estrangeiro, o Engenho Central conseguiu superar seus principais problemas, passando por um longo período de estabilidade até 1974, quando foi radicalmente desativado. Após sua desativação, uma boa parte das fazendas citadas transformaram-se em empreendimentos imobiliários em zonas urbanas próximas ao centro geográfico e econômico da cidade. Sua localização passa então a cercar-lhe sua própria expansão devido às dificuldades espaciais. O Engenho manteve-se desativado até agosto de 1989, quando através do decreto nº 5.036, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba – CODEPAC, e posteriormente declarado de

³ Proposta de uso e ocupação do Engenho Central – Piracicaba - 2001

utilidade pública e em seguida desapropriado pelo decreto nº 5054 de setembro do mesmo ano. Em seguida, é aberta a visitação pública.

A partir de então, o Engenho Central voltou à cena histórica, revolvendo o passado de todos aqueles que de alguma forma fizeram parte de sua história. Estava em questão, naquele momento, a destinação dos prédios que constituem um conjunto arquitetônico de dimensões consideráveis – 75 mil metros de área livre e 11,6 mil metros de área construída - cabendo aos que o construíram como espaço de trabalho, transformá-lo num espaço para o exercício do saber, do conhecimento e da cidadania.

Ele foi retratado por inúmeros artistas plásticos, fotógrafos profissionais, poetas e escritores, além de ter sido objeto de reflexão científica em diversas áreas do saber e de estudos arquitetônicos. Em 1992, a passarela pênsil restituiu a via de acesso do cidadão comum ao recém criado “Parque do Engenho Central”, para que lá fosse possível desfrutar momentos de descontração, silêncio, inspiração, meditação, contemplação, sociabilidade e lazer.

A apropriação cultural do espaço, a partir do fluxo de capitais, é utilizada aqui para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado. Esse processo, estudado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995), Smith (1996) e Zukin (1995), tem resultado muitas vezes em uma *relocalização* estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o *espaço público* o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes. Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão se transmutando em complexos centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. Sobretudo para a crítica pós-moderna. Essa noção de

fragmentação urbana tem sintetizado esse caráter espacializado das relações sociais, na experiência urbana contemporânea.

Os marcos visíveis dessa fragmentação inscrevem –se na cidade de modo plural, revelando um complexo e multifacetado espectro. É possível perceber esse caráter fragmentário em diferentes campos da vida cotidiana pública, ou seja, na construção das territorialidades que se conflituam em praças e ruas e demarcam fronteiras identitárias, cuja disputa pelo espaço urbano faz da cidade segundo Arantes (1997, p.28) “uma guerra dos lugares”.

Hoje, sabe-se que diferentes localidades integram esta perspectiva voltada pelo (e para) o mercado, combinando intervenção no patrimônio, requalificação dos usos da cidade e melhorias na infra-estrutura urbana. Tais políticas urbanas têm dividido opiniões e recolocado o debate sobre o patrimônio cultural em torno de temas caros às ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural. São esses alguns dos conceitos que perpassam o debate sobre os patrimônios históricos, divididos entre a autenticidade da tradição e a espetacularização de suas fachadas para consumo visual.

Figura 2.4: Imagem aérea mostrando o entorno do Engenho Central e os Marcos referenciais do território.



Foto: arquivo MCT Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba.

2.2- A cidade de Piracicaba.

Foi, para esse trabalho, de extrema importância caracterizar a cidade de Piracicaba em cujo centro urbano encontra-se o Engenho Central como espaço geográfico.

Figura 2. 5: Mapa da Bacia hidrográfica PCJ e seus municípios



Fonte: arquivo do Consorcio Intermunicipal das Bacias PCJ.

A área onde foi desenvolvida esta pesquisa se localiza na bacia do rio Piracicaba, mais especificamente, o espaço urbano da bacia onde se encontra o Engenho Central. O rio é o elo de integração do Engenho com o município e com o espaço geográfico das bacias.

Para caracterização da cidade de Piracicaba, faz-se necessário esclarecer que este texto foi extraído quase que integralmente da Agenda 21, do Projeto Piracicaba 2010, por ser considerada a fonte mais completa e atual.

Figura 2.6: Mapa de localização das áreas das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí na região, estado e país.



Fonte: arquivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ.

A Bacia do rio Piracicaba apresenta-se como uma unidade geográfica muito apropriada como área de estudo, sobretudo porque permite fazer o levantamento de todos os aspectos ambientais integrados.

Compreendendo 57 municípios, a bacia engloba áreas urbanas densamente povoadas e abriga, aproximadamente, 3,8 milhões de pessoas. A maior concentração industrial e populacional encontra-se na área central da bacia, na região de Campinas, responsável por aproximadamente 50% da carga poluidora e do consumo dos recursos naturais.

As principais atividades industriais da região, atualmente, advêm dos setores de papel e celulose, alimentício, sucroalcooleiro, têxtil, de curtume, metalúrgico, químico e de refinaria. A área rural é ocupada por pastagens que cobrem 57% da área da bacia e por campos agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar. Vêm, a seguir, os citros, o milho e a hortifruticultura. A bacia abarca ainda várias áreas legalmente protegidas.

Por sua disponibilidade hídrica significativa, o Rio Piracicaba é parcialmente represado em suas cabeceiras, e suas águas são revertidas para abastecimento público da Grande São Paulo. Outra parte ainda abastece diferentes cidades da bacia, como Jundiaí, Campinas e Americana. A água utilizada para o abastecimento de Piracicaba provém, hoje, exclusivamente do Rio Corumbataí, que também abastece o município de Rio Claro, além de outros menores.⁴

Desde que os primeiros povoadores construíram às margens do rio uma base de apoio para acesso ao Paraguai, o Rio Piracicaba tem estado intensamente presente na vida dos piracicabanos. Em anos recentes, vários acontecimentos ligados a ele marcaram a vida da cidade. Na década de 60, mortandades de peixes causadas pelo lançamento de resíduos líquidos nos cursos d'água da região mobilizaram a sociedade civil em defesa do rio. Na

⁴ Agenda 21-Projeto Piracicaba 2010.

década de 70, quando houve a reversão de águas para a região metropolitana de São Paulo, pelo Sistema Cantareira, nova e intensa mobilização ocorreu.

A partir de 1985, a cidade de Piracicaba liderou um dos maiores movimentos já realizados no Estado de São Paulo em defesa dos recursos hídricos. Esse processo levou à criação, em 1989, pelos municípios da região, do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari e, em 1993, com base na Lei estadual nº 7.663/91, à criação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Esse comitê tripartite - formado pelo Estado, pelos municípios e pela sociedade civil - tem poder para decidir relativamente à aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e para encaminhar soluções de conflitos de uso da água.

Diversas questões vêm impedindo uma atuação mais eficaz para a recuperação do rio, especialmente a falta de recursos para os pesados investimentos necessários, a falta de capacidade de endividamento das entidades envolvidas e as indefinições quanto ao modelo institucional para o setor. A escassez de recursos poderá ser enfrentada com a cobrança pelo uso da água. Após um longo processo de discussões, a Lei estadual nº 10.020/98 autorizou a criação de agências de bacias e a instituição dessa cobrança. Assim, em 2000, nasceu a Agência Nacional de Águas (ANA), que gerencia os rios de domínio da União, como é o caso das bacias do Piracicaba e Jaguari. Desde que acompanhados de um crescimento da consciência ambiental - em especial no que tange ao valor da água - e da mobilização e organização das comunidades, esses recursos deverão contribuir fortemente para reverter o quadro de deterioração registrado nas bacias que servem o município de Piracicaba.⁵

Caracterizamos aqui, a cidade de Piracicaba, em cujo centro urbano encontra-se o Engenho Central, como forma de discutir a produção e reprodução do espaço geográfico para o entendimento do que significa esse bem cultural

⁵ Agenda 21 – Piracicaba 2010

edificado para a comunidade do seu entorno – bem edificado cultural industrial - no contexto da preservação patrimônio e como elo de identidade da comunidade.

Localizada em uma das regiões mais produtivas e industrializadas do Estado de São Paulo, Piracicaba tem, atualmente, cerca de 330 mil habitantes e além disso, sua economia multidiversificada está fortemente baseada na produção agrícola e industrial, com destaque para os setores sucroalcooleiro e metal-mecânico.

A cidade está incluída na principal malha viária do Estado de São Paulo, com interligação rodoviária facilitada à capital e ao Porto de Santos pelas Rodovias Luiz de Queiroz, Bandeirantes e Anhanguera. Seu aeroporto possui condições favoráveis para pouso e decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte, inclusive à noite. O embarque de cargas e passageiros também é feito pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, distante apenas 70 km.

A beleza natural é um dos maiores atrativos de Piracicaba. Cortada pelo rio de mesmo nome, a cidade também é referência em cultura e oferece inúmeras opções de lazer e entretenimento. A famosa "Rua do Porto", os restaurantes, cantinas, bares e lanchonetes espalhados pela cidade garantem qualidade e diversidade na gastronomia. O comércio de Piracicaba é forte na área central, em corredores comerciais de bairros e em seu principal Shopping Center.

Piracicaba é uma das únicas cidades do Brasil a ter implantado sua Agenda 21, através do Projeto Piracicaba 2010, com vistas ao seu desenvolvimento sustentável. Exemplo de prática de responsabilidade social, o 2010 envolveu todos os segmentos da sociedade civil organizada que, em parceria com o Governo Municipal, elaboraram o Planejamento Estratégico do Município para os próximos anos com marcas, desafios, metas e objetivos. A cidade apresenta 89% do seu território sendo rural e 11% sendo urbano.

Com base na fotografia aérea (Figura 2.7), é importante destacar a dimensão e a barreira geográfica que o rio Piracicaba caracteriza, demarca o território e é, no entorno dele, que o urbano se desenvolve.

Figura 2.7 - Imagem aérea de Piracicaba mostrando malha urbana e o rio como elemento estruturador da paisagem.



Foto aérea: Fonte: PDD de Piracicaba 2004

O território se distribui muito bem em água, agricultura e área urbana, predominando o uso da agricultura e cultivo da cana-de-açúcar. Entretanto há reservas florestais importantes inseridas no meio rural e outras em degradação que necessitam de recuperação, sendo descrito no Plano Diretor como áreas com potencial de regeneração e de área de proteção permanente que variam em faixas de 0 até superior a 150 metros.

Piracicaba apresenta uma grande diversificação em termos dos tipos de indústria e porte. Vale ressaltar duas características do setor: a liderança inquestionável da indústria de transformação, tanto em número de estabelecimentos como na participação do emprego e a equidade das micros, pequenas, médias e grandes empresas na determinação do emprego.

Assim, Piracicaba desenvolveu-se e o Engenho Central, que foi construído à margem direita do Rio Piracicaba, forma juntamente com a Rua do Porto o espaço de maior identidade cultural da população piracicabana.

O espaço geográfico é um espaço mutável e diferenciado cuja aparência visível é a paisagem. E é, por conseguinte, o esteio de sistemas de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima e vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, organização social e econômica e do nível técnico científico – informacional atual. (SANTOS, 1985, p 54).

CAPÍTULO III

O Engenho Central Como Patrimônio industrial.

Uma questão de grande atualidade é suscitada pelo patrimônio industrial, que, muitas vezes, abarca grandes estruturas hoje sem função, muito embora o Engenho Central de Piracicaba tenha sido tombado como Patrimônio Histórico.

Neste capítulo, ele é enfatizado como Patrimônio Industrial, pois o alargamento do campo de interesse por edifícios históricos passou a englobar também fábricas e usinas, e o público tem demonstrado crescente apreço por seu passado industrial. Esses aspectos ficaram bem evidentes nos depoimentos colocados no capítulo I. As rápidas transformações urbanas, sociais, econômicas e demográficas das últimas décadas têm levado ao desaparecimento de numerosos testemunhos do passado de vários países. O patrimônio histórico que concerne à indústria é especialmente sensível por ocupar, geralmente, vastas áreas em centros urbanos e sua obsolência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação. Desaparecem não apenas os edifícios industriais em si, mas também os vestígios dos produtos ali fabricados, dos métodos de produção, das condições de trabalho e moradia do operariado, das relações sociais e espaciais em uma cidade ou região.

Para esse momento das reflexões que dizem respeito ao conceito de patrimônio cultural industrial, consideramos as colocações de José Amado Mendes no texto a seguir, com algumas alterações, uma vez que o mesmo vem ao encontro à nossa necessidade de entendimento do Engenho Central como tal.

A forma como determinada sociedade encara o seu patrimônio, dito de outra maneira, os seus bens culturais, reflete muito da respectiva ideologia e mentalidade predominantes. Assim, não surpreende que, com a evolução histórica, o conceito de patrimônio especialmente no que concerne à sua vertente

cultural, também tenha vindo a sofrer profundas alterações.(MENDES, 2000 p.197).

No século XIX, com o Liberalismo, o conceito de patrimônio começa a sofrer certo alargamento, como se pode verificar pela posição de Alexandre Herculano que, ao referir-se à questão patrimonial, se exprime do seguinte modo: “importa a arte, as recordações, a memória de nossos pais, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro”.

Por finais do século XIX, com certa valorização das artes tradicionais, alguns autores começaram também a perspectivá-las em termos de patrimônio cultural. No século XX, a noção de patrimônio abrangia, sobretudo, o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados destacava-se pelas seguintes características: monumentalidade, valor estético (obviamente, em sintonia com os parâmetros da época) e o seu caráter bélico e/ou religioso.

Foi necessário esperar pelo pós-II Guerra Mundial para que se começasse a prestar mais atenção a essa parcela importante do patrimônio, que é o patrimônio industrial. Veremos, em seguida, a que se deveu tal transformação. Após o segundo conflito mundial, paralelamente à urgente necessidade de reconstruir o que tinha sido destruído pelas operações militares, deu-se início a um período de desenvolvimento acelerado – já classificado, por exemplo, no que se refere a Portugal, como os “trinta anos de ouro da economia” –, durante o qual se processou um surto extraordinário no âmbito da construção de infra-estruturas.

A dinâmica de crescimento então criada, por um lado, e a falta de sensibilidade, no que toca a certo tipo de monumentos, por outro, induziu a que se destruíssem diversas estruturas de significativo valor, não só histórico e patrimonial como ainda simbólico.

A partir de então, com destaque para os anos 60 e 70, as questões relacionadas com o patrimônio industrial passam a estar, em diversos países, na ordem do dia. Cabe aqui, o conceito de patrimônio industrial, aprovado pelos delegados da Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, e que segue na íntegra, em anexo, ao final deste trabalho:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas sociais, assim como locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, p 2)

Todos estes esforços, no campo teórico, metodológico e prático, formado para o conhecimento sobre patrimônio industrial, campo que efetivamente existe, mas que ainda encontra-se disperso em esforços isolados e pouco difundidos.

Multiplica-se a literatura sobre as ditas temáticas, criam-se associações dedicadas à salvaguarda do patrimônio industrial, quer ao nível regional e nacional, quer ao nível internacional. No que a este diz respeito, merece ser destacada a relevante ação desempenhada pelo TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) que, através dos diversos encontros de pesquisadores de dezenas de países, tem vindo a contribuir para uma maior divulgação das atividades concernentes ao patrimônio industrial e, bem assim, para uma frutuosa troca de experiências, entre especialistas dos diversos continentes.

No entanto, pode também acrescentar-se que o patrimônio industrial “invadiu” ainda outros setores, designadamente o turismo, a museologia, a investigação e o próprio ensino do patrimônio cultural hoje.

Para expressar essa nova realidade, tornou-se necessário inventar um novo conceito, traduzido pelo vocábulo “patrimonialização”. Vejamos como se traduz, a vários níveis, essa atenção redobrada dedicada ao patrimônio, especialmente no que concerne ao patrimônio cultural. A importância hoje atribuída ao patrimônio tem dado origem a numerosas reflexões, quer em encontros/colóquios, expressamente dedicados ao assunto, quer através de investigações diversas, cujos resultados se encontram patentes em artigos de revistas ou em obras de maior fôlego.

Mesmo através de uma análise sumária de alguns dos trabalhos dedicados ao assunto, podem tirar-se deles algumas observações. A componente teórica tem prevalecido sobre os aspectos práticos, susceptíveis de aplicação à realidade em que estamos inseridos. A questão do patrimônio não se esgota em si mesma, pois com ela estão relacionadas muitas outras, de diferentes índoles, histórico-cultural, económica e relacionada com o desenvolvimento e com a própria memória.

Em obras mais recentes sobre a temática, com destaque para a contribuição dada pela França, onde têm sido ultimamente publicados vários trabalhos acerca do patrimônio, tem havido a preocupação de evidenciar as múltiplas relações deste com diversas outras vertentes da realidade histórica, sem esquecer a própria história do presente. Das relações acima mencionadas, merecem destaque as que se reportam à identidade e ao desenvolvimento.

Duas noções, lentamente elaboradas, umas vezes separadas outras em simbiose, no decurso de longos períodos, convergem hoje em dia: a de patrimônio e a de identidade. E, referindo-se ao patrimônio como um processo no tempo,

acrescenta: patrimônio e identidade não são realidades frouxas e tranqüilas, e ainda bem, são paixões.(LE GOFF,1998,P.69)

Como é do conhecimento geral, certas áreas, outrora industrializadas e fortemente desenvolvidas, entraram a certa altura em decadência acentuada. A medida que se tornaram evidentes os efeitos da crise e da decadência industrial, uma sólida corrente de opinião e de pensamento sensível em relação as ruínas industriais, aos problemas que acarretariam e à necessidade de buscar soluções , se faz clara, na década de 90. Com propostas de intervenção fundamentadas na idéia de *proteger e conservar* as estruturas, edifícios e espaços industriais abandonados, que se parecia aconselhável, por várias razões, ou seja, por sua condição de vestígio do passado, com valor de testemunha de elementos da arqueologia industrial ou por tratar-se de um recurso com atrativo *por si*, suscetível de atuar como marco cultural e, portanto, de converter-se em produto turístico; e finalmente, por atuar como um fator de revitalização sócio-econômica e recuperação da identidade para os territórios em crise.

Para saírem de tal situação, foi necessário elaborar projetos de restauro e requalificação de antigas estruturas, nas quais o patrimônio desempenhou papel relevante.

Ao aludir, aqui, as instalações industriais, utiliza-se a expressão em sentido amplo, a exemplo do que se faz a propósito de monumentos industriais. Deste modo, podemos citar não só antigas instalações fabris, como também infra-estruturas de tipo diverso, a saber: armazéns, mercados – alguns dos quais constituem, como é sabido, belos exemplares da arquitetura do ferro, estações elevatórias de água, centrais elétricas, estações ferroviárias, cinemas, teatros, moinhos e outros gêneros de oficinas e fábricas, etc.

É certo que, apesar do que então se fez em prol do patrimônio predominava segundo Mendes (2003, p.107) “uma visão histórica e arqueológica na

interpretação dos monumentos. A sua valorização artística, e, sobretudo a sua análise em termos de história da arte continuava por fazer”.

A dinâmica de crescimento então criada, por um lado, e a falta de sensibilidade, no que toca a certo tipo de monumentos, por outro, induziu a que se destruíssem diversas estruturas de significativo valor, não só histórico e patrimonial como ainda simbólico.

Tematicamente, o dito conceito aplica-se a todos os tipos de atividade industrial, a toda infra-estrutura material deixada por uma atividade humana passada. Classifica-se aqui o Engenho Central de Piracicaba.

No processo recente de tomada de consciência por parte da sociedade dos interesses e valores patrimoniais, dos vestígios da industrialização, o papel de cientistas e historiadores, foi decisivo.

O estudo dos patrimônios industriais, dos vestígios deixados por qualquer atividade industrial ou dos monumentos industriais, é um campo privilegiado de estudos multidisciplinares. Compreende a análise de tipo e distribuição no espaço das edificações, o estudo dos vestígios materiais, de documentos escritos, de testemunhos orais, levantamento e documentação, e a preservação.

Com profissionais das várias áreas atuando em conjunto, cada qual se dedicando ao campo mais adequado, o estudo de um sítio industrial torna-se mais pleno e interessante. A pesquisa de campo permanece desta forma, fundamental, fornecendo dados que não poderiam ser obtidos através de fontes documentais. As análises *in situ*, feitas por equipes multidisciplinares, permite o discernimento de dados técnicos e de processos de produção que dificilmente seriam identificados de outra forma.

CAPÍTULO IV – A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO VEÍCULO DE ANÁLISE DA PESQUISA: DISCUTINDO A COMUNICAÇÃO

“Se o desenvolvimento é um tecido resultante da atividade de milhões e pessoas, a comunicação representa um fio com que se faz a trama”.

Collin Fraser y Jonathan Villet –1995

Para fazermos um elo, ou seja, estabelecermos uma comunicação entre as transformações de nossa sociedade, geradas pelos processos de globalização e fluxos de informações, faz-se necessário colocar aqui a dimensão espacial, no que diz respeito a esta nova lógica.

Território e cultura formam um par integrado de significações. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um (re) aprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver.

É nesse sentido que Milton Santos nos fala que, “nas cidades, as irracionalidades⁶ se criam mais numerosas e incessantemente que as racionalidades, sobretudo quando há paralelamente, produção de pobreza” Neste contexto que se instalam na cidade essas outras racionalidades, muitas delas permeadas por relações de proximidade e comunicação.

⁶ “O que muitos consideram, adjetivamente, como irracionalidades e, dialeticamente, como contraracionalidade, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo. [...] O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz a atores que estão fora do círculo de racionalidade hegemônica a descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites” (SANTOS, M. 2002, p.309)

Desta perspectiva, podemos fazer aqui uma aproximação com a "razão comunicativa"⁷ proposta por Jurgen Habermas. Para este autor, além da razão instrumental – que conduz as esferas da economia e da política (Estado) há uma razão objetivada na comunicação lingüística cotidiana. Essa razão pertenceria, assim, ao mundo da vida, possuindo uma natureza intersubjetiva, que se constrói na interação social, e tendo como ponto de partida um entendimento recíproco :

A razão comunicativa, diferentemente da razão instrumental, abarca argumentações pautadas, simultaneamente no mundo objetivo (verdade proporcional), num mundo social (justeza normativa) e num mundo subjetivo (veracidade subjetiva e adequação estética), envolvendo-se, com isso, um conteúdo de emoção próprio ao mundo à vida. Esta razão encontra-se na dialética do saber e não saber, que a lógica do entendimento mútuo envolve, e sua potencialidade está exatamente, na base da validade do discurso". (Habermas 2000, p.437)

É nesta dimensão do cotidiano, nos diferentes tipos de usos dados ao Engenho Central atribuído atualmente, que os ruídos se fazem presentes.

A cidade onde está inserido o Engenho Central se apresenta como lugar onde tudo acontece, como lugar do conflito e não do consenso, da pluralidade e não de uma homogeneidade alienante; o lugar da velocidade; da racionalidade hegemônica e da razão comunicativa . É por esse ângulo, que segundo SOUZA (2007, 234) “ a cidade deve ser apreendida como lugar do debate constante, onde novos conteúdos culturais, normativos possam ser propostos, garantindo com isto, a concretização da liberdade .”

⁷ Nessa proposta de razão comunicativa, Jürgen Habermas tenta resgatar o poder emancipatório da Razão. Segundo ele, a modernidade é um projeto inacabado e , neste sentido, este autor recusa-se a reduzir a noção de racionalidade à razão instrumental (HABERMAS, 2000)

O território urbano é um espaço percebido e sentido pelos homens em função tanto de seus sistemas de pensamento como de suas necessidades. A percepção do espaço real, campo, aldeia ou cidade, vem somar-se ou combinar-se elementos irracionais, míticos ou religiosos. Cada agrupamento humano possui percepção própria do espaço por ele ocupado e que, desta ou daquela maneira lhe pertence.

Esta dimensão está ligada aos novos processos de acumulação de capital, organização da produção, integração dos mercados. Segundo Castells (1996), "podemos propor a idéia de que esta lógica espacial se caracteriza pela dominação dos espaços e seus fluxos, estruturado em circuitos eletrônicos que ligam entre si, globalmente modos e estratégias de produção e gestão".

Porém, esta lógica não é a única forma espacial de nossa sociedade. Frente a ela, segue também existindo o espaço dos lugares, como forma territorial de organização do cotidiano e da experiência da grande maioria dos seres humanos.

Um dos mecanismos essenciais de dominação no nosso tempo histórico é o predomínio dos espaços dos fluxos sobre o espaço dos lugares. As cidades só podem ser recuperadas por seus cidadãos, na medida em que se reconstruam de cima abaixo, a nova relação histórica entre função e significado mediante a articulação entre local e global. (BORJA e CASTELLS, 1997.p.98)

Assim, enquanto os espaços dos fluxos estão globalmente integrados, os espaços dos lugares estão localmente fragmentados.

Em qualquer época da mudança social, a comunicação surge espontaneamente em forma de diálogo e debate. Nos últimos tempos, o aumento da liberdade de expressão e as mudanças na estrutura política mundial, tem sido quase simultâneas.

Uma estratégia de desenvolvimento baseada na comunicação pode revelar sabedorias tradicionais e atitudes implícitas da população, ajudar esta a adaptar suas opiniões, adquirir novos conhecimentos e atitudes, e difundir novas mensagens sociais a um público mais amplo.

O uso de atividades dos meios de comunicação oferece às pessoas um instrumento valioso tanto para experimentar uma mudança como para orientá-la. Um intercâmbio de idéias mais intenso pode proporcionar uma maior participação da população em uma causa comum, requisito fundamental para um desenvolvimento sustentável.

Qualquer programa de desenvolvimento que considere as pessoas como meros objetos e não como sujeitos geradores de mudanças e de progresso estão fadados ao fracasso. O fato de consultar a população e promover sua participação ativa nas decisões que irão afetar a sua causa é uma garantia de êxito para este.

Na prática, para que uma planificação seja eficaz, deverá se esforçar em determinar o que a população quer e pode fazer. Para averiguá-las, a comunicação vai muito mais além do que a simples investigação baseada em perguntas e respostas. Um debate sério, organizado por pessoas especializadas em comunicação interpessoal, e com o uso interativo de instrumentos podem ajudar a comunidade a determinar seus verdadeiros problemas e prioridades como também suas capacidades e necessidades. Esta auto-análise permite a comunidade formular propostas realistas e criar um enorme interesse para o êxito dessas iniciativas.

Estabelecer uma estreita comunicação com as pessoas interessadas e conhecer suas opiniões, capacidades e necessidades é a melhor garantia com que pode contar um planejador.

Os conhecimentos e tecnologias relacionados com a comunicação são essenciais para esta tarefa.

A comunicação aplicada às políticas de meio ambiente e desenvolvimento deve ser um instrumento que permita aos tomadores de decisão e as populações analisarem e compreenderem as situações insatisfatórias que se defrontam, de discuti-las, de buscar melhorias e soluções para estas situações através de negociações e ações diretas. Além de informar deve, também, promover a formação de pessoas para tal empreitada.

Deve-se colocar ainda, o relevante papel da informação no rol dos direitos dos cidadãos sobre atividades que possam alterar ou impactar significativamente o seu meio ambiente.

Nesse âmbito, a comunicação visa, sobretudo, o envolvimento e a participação dos indivíduos e grupos na tomada de decisões sobre questões ambientais relevantes, em todas as etapas do processo.

Entretanto, o sucesso da comunicação é auferido à medida que se aumenta o nível de compreensão de questões ou de ações relevantes e quando aqueles envolvidos sentem-se adequadamente informados dentro dos limites do conhecimento disponível sobre a problemática. Ainda assim, uma comunicação bem sucedida não garante que as decisões mais adequadas ao bem-estar geral sejam adotadas; só garante que os decisores compreendam as implicações das diversas opções, o que já pode ser um grande avanço.

Dessa forma, entra a comunicação social como importante instrumento de mudança, na medida em que os sujeitos que participam de decisões que afetam suas vidas, formam as bases para a construção de uma sociedade civil democrática.

A comunicação através da pesquisa com as entrevistas pode estar ligada ao desejo de informar a população em geral sobre riscos, sobre a saúde e o ambiente, associados a algumas atividades humanas, bem como de envolvê-la em atividades que proporcionem melhoria do ambiente e segurança. Isto, por um grande motivo: o de a comunicação ser um requisito da informação, dando à sociedade poder de desenvolver alternativas mais efetivas do que a imposição e o controle.

O sujeito ou grupo que adquire o conhecimento da realidade, e a partir dela tenta encontrar as soluções adequadas, analisando as causas e conseqüências da dinâmica da sociedade sobre o meio ambiente onde vive, está mais capacitado a promover um desenvolvimento social e econômico menos agressivo ao meio ambiente, garantindo sua durabilidade ou sustentabilidade.

4.1. Análise da Pesquisa - Tabelas e gráficos

A interpretação das informações se fez a partir da análise de conteúdo. Esta trabalha com as palavras contidas nos textos frutos das questões enfatizadas (o que foi, o que é, e o que deveria ser), portanto, questionamentos sobre a função do Engenho Central. Destacam-se as seguintes palavras: açúcar, patrimônio, restauração, eventos culturais, abandono, produção, cana de açúcar e álcool. Relaciona-se assim a função do Engenho com os diferentes aspectos: o processo histórico de sua formação sócio-espacial, a estrutura capitalista e a forma como esse encontra - se hoje.

Das treze questões contidas nas entrevistas semi-estruturadas, (anexo 3), a primeira questão proporciona a identificação de todos os pesquisados. Da segunda a sétima questão, diz respeito ao nível sócio-econômico e cultural dos seguintes entrevistados: professores, moradores da área do entorno e representantes do poder público local que estão representadas por gráficos. Da oitava a décima terceira questão diz respeito ao mapeamento das informações sobre o Engenho Central no que concerne a sua origem, uso atual, e sua função social, através das tabelas.

Interpretação das Tabelas de Mapeamento das Informações das Entrevistas:

Interpretação preliminar do mapeamento das informações obtidas com professores da rede pública e privada.

Figura 4.1.1.

Tabela 1 - Mapeamento das informações obtidas com professores da rede pública / privada

Questões	Respostas
Você sabe o porquê da construção do engenho central?	Mais da metade sabe que ele foi construído para a produção de açúcar.
Quando foi construído?	Apenas alguns professores (menos da metade) sabe a data exata que o Engenho Central foi construído.
Qual a finalidade (uso) dele na época?	Boa parte dos professores desconhecem a finalidade dele na época.
Qual o seu uso atual?	A maioria dos professores entrevistados, sabe qual a finalidade atual do Engenho Central, citando-o como um espaço para eventos, shows, feiras, exposições entre outras.
Qual seria o melhor uso para o Engenho?(sugestão)	A grande maioria necessidade de otimização, revitalização do Engenho, para uma maior integração com a comunidade.
Na sua opinião, o poder público tem contribuído para a valorização deste espaço?	A grande maioria diz que o poder público não valoriza o espaço, alguns citam o fato do Engenho Central não pertencer a prefeitura e assim ocorre o descaso do poder público à qualidade de vida das pessoas.

Apesar da maioria dos professores demonstrarem que conhecem a origem do Engenho Central como um bem industrial (contendo uma compreensão histórica) o mesmo não acontece com a função atual, pois é visto como lugar de eventos voltado para o mercado. A maioria entende que a sua função atual deve ser redirecionada para melhor uso a fim de buscar o seu resgate histórico e social. O restante apenas vê o Engenho Central como um lugar banal. Segundo os professores, nada tem sido feito pelo poder público local no sentido de valorizar o espaço.

Vale enfatizar aqui que estes professores levam seus alunos para visitarem o Engenho Central como parte de estudo do meio.

Interpretação preliminar das informações obtidas com a população local

Figura 4.1.2.

Tabela 2 - Mapeamento das informações obtidas com a população local

Questões	Respostas
Você sabe o porquê da construção do Engenho Central?	A metade não sabe. A opinião fica dividida.
Quando foi construído?	Ninguém sabe.
Qual a finalidade (uso) dele na época?	A maioria respondeu que era para a produção de açúcar.
Qual o seu uso atual?	A maioria respondeu que é para eventos culturais e recreativos.
Qual seria o melhor uso para o Engenho?(sugestão)	A maioria respondeu que era necessário restaurar e resgatar mudando o seu uso atual.
Em sua opinião, o poder público tem contribuído para a valorização deste espaço?	A grande maioria opina que não. Poucos dizem que o poder público já contribui, promovendo as ações já citadas.

A população entrevistada compreende a de moradores da área do entorno do Engenho e a dos ambulantes que ali trabalham. Nas duas, a maioria conhece a função original do Engenho Central, relacionando-a com a produção de açúcar, e a função atual como marketing cultural: shows e eventos, embora ninguém saiba quando ele foi construído.

Quando indagados sobre como deveria ser o melhor uso ou função para este bem edificado, eles interagem com o lugar apontando que poderia ser para educar, conscientizar, restaurar resgatando assim, sua função social. Aqui eles deixam claro que fazem parte do lugar, mas não estão tendo respostas por parte do poder público, com atividades de ordem educacional, cultural e pedagógica. Os que não interagem com o lugar acreditam que a função deverá ser a mesma, ou seja, lugar de eventos e shows remunerados e não públicos. Faz-se entender, que a interação é no sentido de considerar o lugar como algo que lhe pertence. Esta idéia está muito presente na população local. Existe um grande sentido de “pertencimento”, como o Engenho Central fosse a “alma” do lugar.

Interpretação preliminar das informações obtidas com os visitantes

Figura 4.1.3.

Você sabe o porquê da construção do engenho central?	Só a metade tem conhecimento, citando açúcar e escravos.
Quando foi construído?	A grande maioria não sabe quando foi construído.
Qual o uso do engenho na época?	A maioria respondeu para produção de açúcar.
Qual o seu uso atual?	Unanimidade para eventos culturais, como shows, feiras, exposições, etc.
Qual o melhor uso a ser dado a ele?	A maioria respondeu que deve ser feita uma reorientação no uso.
O poder público tem contribuído para a valorização do engenho?	A maioria diz que a prefeitura não tem feito nada para a valorização.

Os visitantes entrevistados conhecem a origem do Engenho, relacionando-a com a produção de açúcar. Interações com o local, na medida em que propõem uma função voltada para educação, cultura, apontando uma reorientação. A grande maioria diz que o poder público nada tem feito para a valorização deste espaço.

Interessante a colocação de algumas pessoas que diz que o poder público já faz alguma coisa, “mantendo o lugar limpo e protegido”.

Na entrevista que segue, perguntei a Secretária de Ação Cultural do Município, o que a Secretaria tem feito para valorizar e preservar o patrimônio industrial do município (Engenho Central). Segue a resposta na íntegra:

“As secretarias procuram usar os espaços na medida do possível, pois são lugares que valorizam qualquer evento pelo seu valor histórico. A preservação do Engenho Central tem se dado, por enquanto, em deixar o lugar limpo, com suas características arquitetônicas preservadas, procurando também, deixar o local seguro. Quanto ao uso mais apropriado, é preciso primeiramente deixar em ordem as pendências de pagamento do engenho central ao proprietário, pois seria uma irresponsabilidade investir nos barracões sem antes pagar as dívidas. Seria gastar o dinheiro público sem planejamento”.

Observamos assim, que não existe nenhum tipo de política pública definida em relação ao Engenho Central.

4.2. INTERPRETAÇÕES DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA

Neste item buscou-se através das interpretações dessa pesquisa identificar o perfil daqueles que freqüentam o Engenho Central.

Os professores, que levam seus alunos para visitas monitoradas:

Figura 4.2.1.

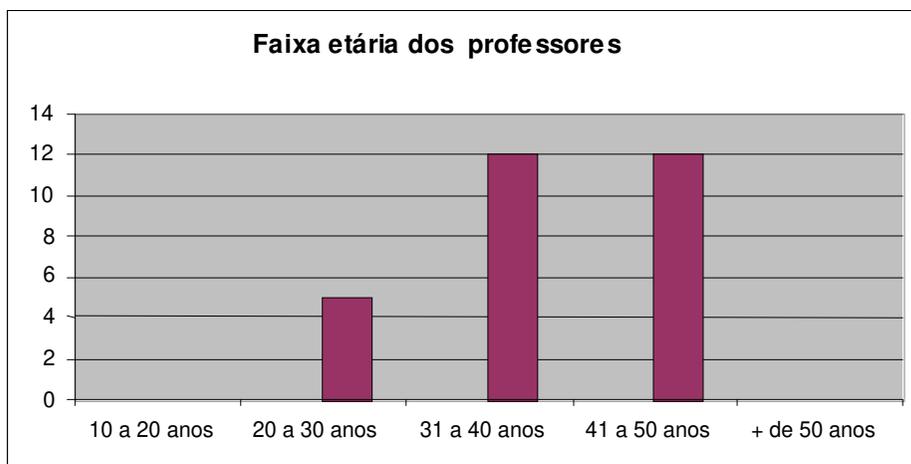


Figura 4.2.2.

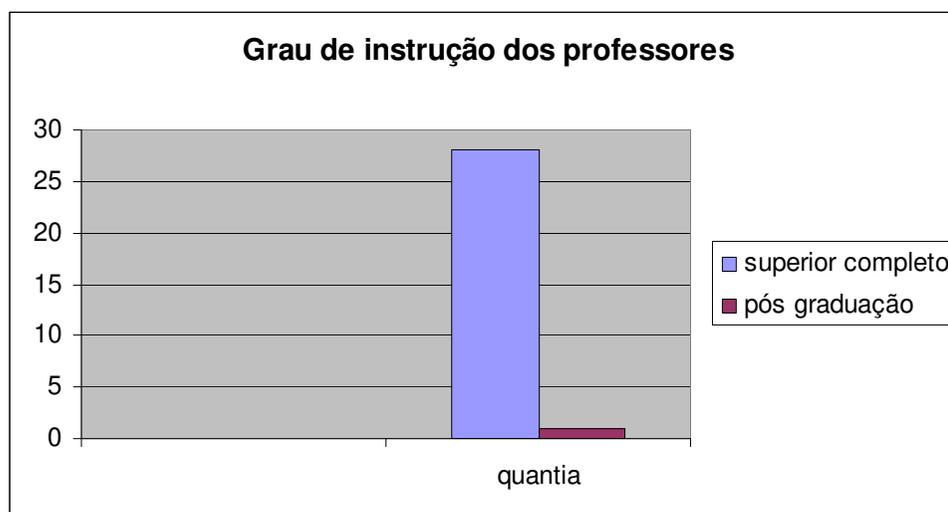


Figura 4.2.3.

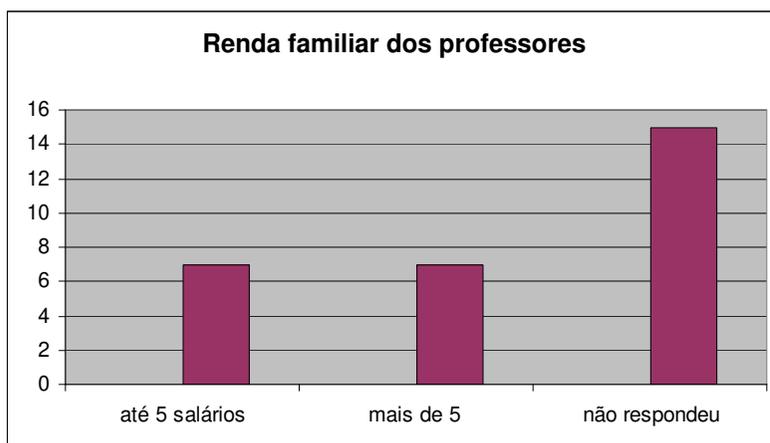
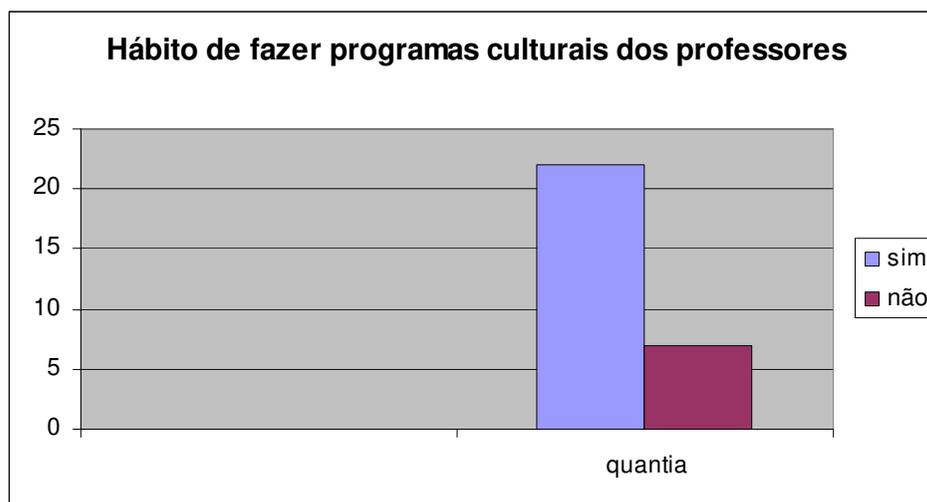


Figura 4.2.4.



A faixa etária da maioria dos entrevistados demonstra a faixa de professores que se encontram na ativa, ainda atuando tanto em escolas públicas, como privadas. Por se tratar de professores de ensino fundamental e médio, é evidente que o nível de instrução em sua maioria seja superior, já que isto é uma exigência para estes exercerem suas funções. Apesar disso, como apontado na tabela um, a maioria desconhece quando o Engenho Central foi construído. A renda familiar demonstra equilíbrio, mas devemos destacar a grande quantidade de professores que se recusou a optar por uma das opções dadas, em relação à

renda. Este fato pode revelar o constrangimento em fazê-lo (obs.: no eixo vertical demonstra-se a quantidade de pessoas entrevistadas).

Quanto ao fato de freqüentar programas culturais como teatros, cinemas, shows, a maioria afirma ser esse um hábito freqüente. Os que responderam de forma negativa, o fizeram por não ter este hábito, e alguns por não possuírem situação financeira que permita esse hábito.

População local: que mora ao redor do Engenho Central.

Figura 4.2.5.

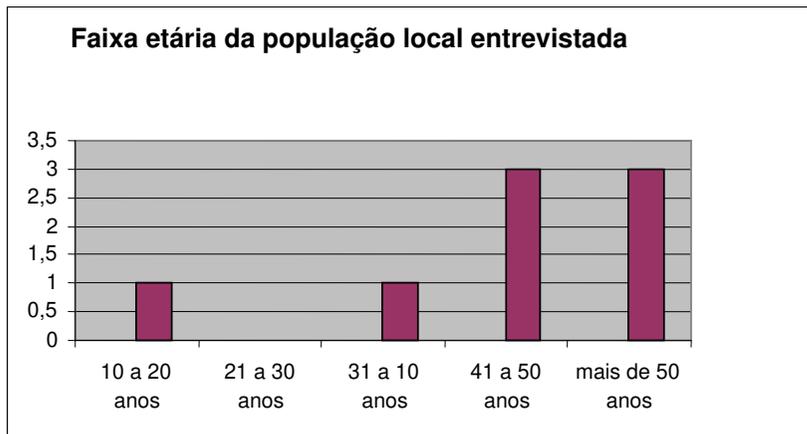


Figura 4.2.6.

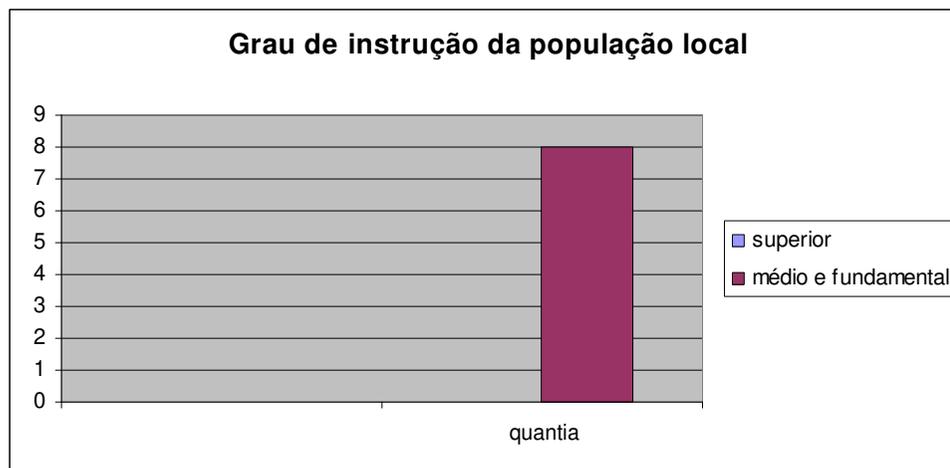


Figura 4.2.7.

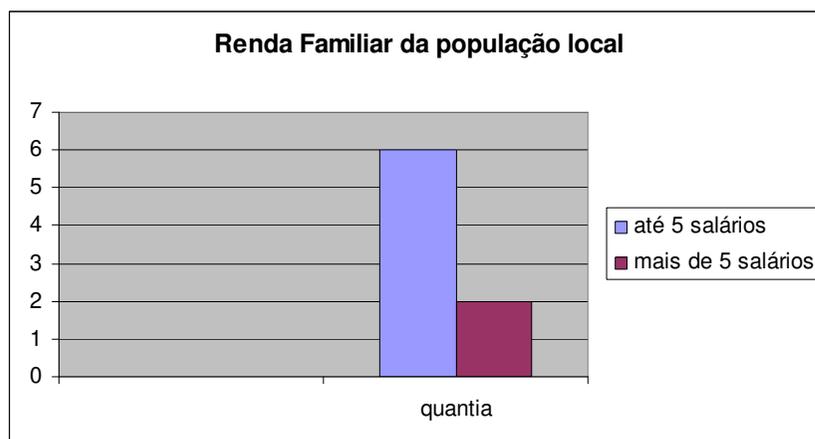
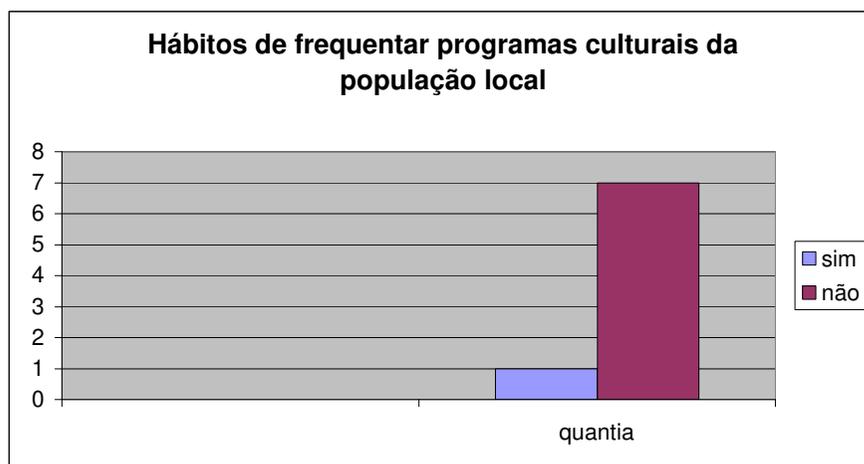


Figura 4.2.8.



A maioria da população local entrevistada tem idade acima de 40 anos, o que demonstra que as pessoas moradoras naquele entorno, fixaram suas raízes há muito tempo (a maioria mora no local, há mais de 10 anos). O lugar é quase uma tradição.

O nível baixo de instrução, neste caso, é característico da população de baixa renda. Confirma-se assim, o fato destas pessoas apontarem como o melhor uso para o Engenho Central, o resgate histórico e cultural, não sendo citadas

mudanças que indicassem novas tecnologias, como se estas tivessem fora do alcance desta população.

A renda familiar até cinco salários mínimos reforça a idéia de baixo poder aquisitivo, diferentemente do que acontece na outra margem do rio, onde os loteamentos lacreados concentram uma população com alto poder aquisitivo, confirmando uma segregação sócio-espacial na área do entorno do Engenho Central. Este processo é fruto da produção daquele espaço geográfico em uma estrutura capitalista na qual o processo histórico de urbanização deu à forma original do Engenho Central outra função no momento atual, voltado para o mercado e não para a cidadania .A grande maioria dos moradores, não tem o hábito de freqüentar lugares como teatros, cinemas e shows. Fica caracterizado que as pessoas moradoras do entorno não têm nenhum tipo de oportunidade para a sua formação cultural reafirmado pela questão da renda familiar destes.

Pessoas que visitam o Engenho Central, principalmente nos finais de semana

Figura 4.2.9.

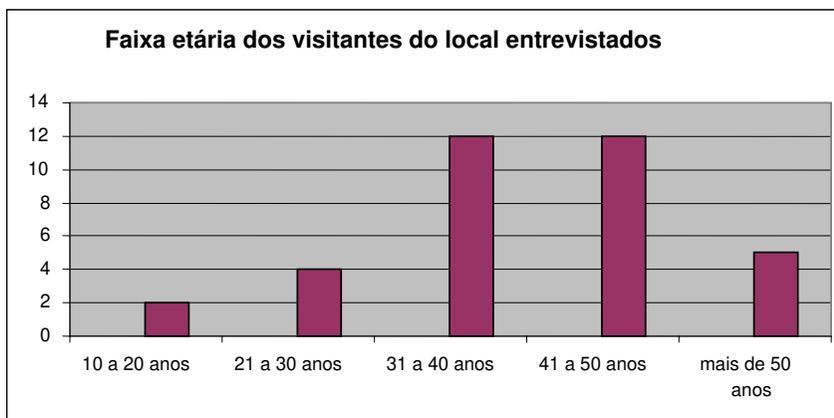


Figura 4.2.10

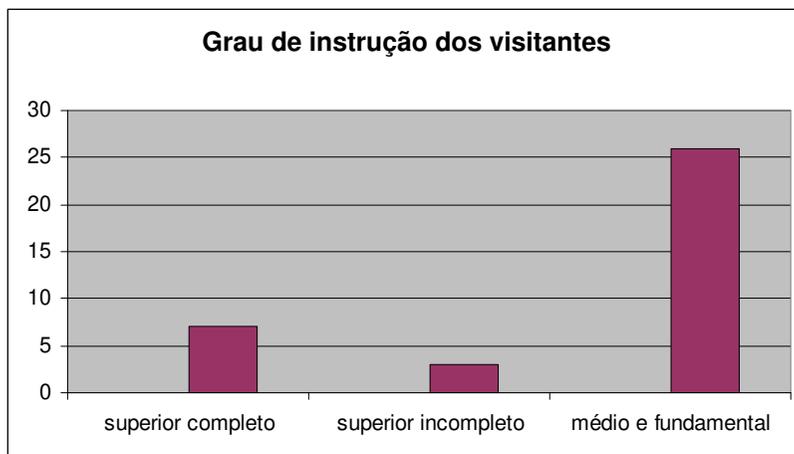


Figura 4.2.11.

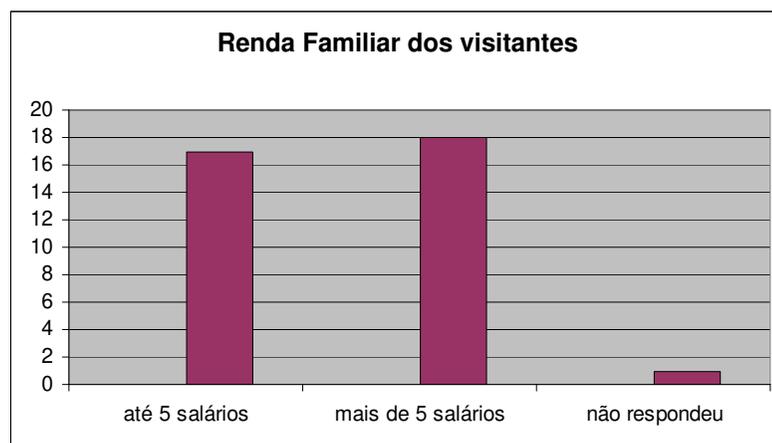
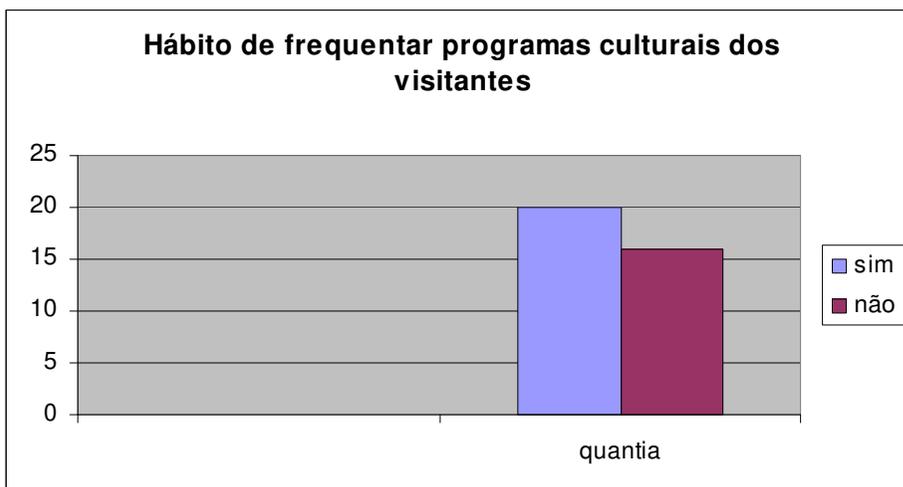


Figura 4.2.12.



A maioria dos visitantes do Engenho Central tem idade acima de 30 anos, o que demonstra que o lugar não é freqüentado por jovens, nos finais de semana. Este fato caracteriza a falta de opções atualmente, para um público mais jovem (obs.: no eixo vertical demonstra-se o número de pessoas entrevistadas e, no horizontal, a faixa etária destas).

Quanto ao grau de instrução, a grande maioria dos freqüentadores, não possui nível superior, o que demonstra que o local não oferece opções que vêm de acordo com aqueles que procuram algo mais elaborado e culturalmente mais avançado. A renda familiar equilibrada entre as duas médias salariais sugeridas, demonstra a diversificação das pessoas que freqüentam aquele espaço. Interpreta-se isso, como um fator positivo, pois demonstra-se que o Engenho Central não faz segregação neste sentido, porém não é público quando, em um evento é cobrado ingresso. O hábito de fazer programas culturais, na maioria dos visitantes entrevistados, demonstra o interesse por parte desta classe em se atualizar, engajar e participar dos eventos citados. Os que não o fazem é por questão financeira. Por isso, a cidade deve oferecer atividades culturais gratuitas.

Observação 1: A questão sobre gênero não é relevante para justificar esta pesquisa (que seria a questão número dois). Observação 2: no eixo vertical demonstra-se a quantidade de pessoas entrevistadas.

Todas as pessoas que responderam sobre engajamento social, quer sejam a população local, visitantes, ou professores, não têm nenhum tipo de engajamento. Somente uma pessoa citou que faz parte do sindicato dos professores (APEOSP).

De acordo com o resultado da pesquisa, as atividades que vêm sendo desenvolvidas no Engenho Central desde sua devolução à comunidade, bem como as manifestações e participações populares, têm apontado alguns parâmetros para a utilização deste espaço. Estes compreendem: a multiplicidade dos usos para atividades de cultura e lazer (para as mais amplas camadas da população), respeitando-se a harmonia do conjunto arquitetônico e ambiental; a busca de uma definição ainda que empiricamente, de suas potencialidades em termos de possíveis ocupações e utilizações permitidas no contexto de uma política cultural verdadeiramente democrática para a cidade.

A importância da análise histórica do espaço ambiental urbano do Engenho Central e da sua relação com a comunidade vista como todos os grupos sociais envolvidos, no processo de tomada de decisões e, sobretudo, na implementação de estratégias, têm incorporado os enfoques participativos de forma menos informal, desde a etapa do diagnóstico ou inventário do levantamento das situações-problema. O pressuposto é que o conhecimento e a construção deste, baseado na ação-reflexão-ação das populações locais pode contribuir para a eficácia do planejamento ambiental. E mecanismos de melhoria da eficiência dessa participação estão diretamente relacionados às estratégias de comunicação empregadas no processo.

Ficam aqui demonstrados os ruídos, os sons descontínuos, sem ressonância, necessitando urgentemente que a dimensão social do patrimônio seja realçada nas suas diferentes escalas espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da urbanização tem provocado um grande aumento dos problemas sócio-ambientais no território urbanizado. Embora todos sejam afetados pelos mesmos problemas, os setores mais carentes da população sofrem mais.

Dados atuais, lançados pelo Fundo de População das Nações Unidas, através do 30º Relatório, sobre a situação da população mundial, resume que;

- 1- A população urbana, em 2007, soma pela primeira vez na história, 50% da população mundial;
- 2- Os países, as cidades e os indivíduos mais pobres serão mais atingidos pelas mudanças climáticas;
- 3- As cidades representam a melhor oportunidade de escapar da pobreza, apesar de concentrá-la;
- 4- O processo de urbanização é inevitável;
- 5- A maior parte do crescimento da população urbana acontecerá nas cidades médias;
- 6- A concentração da população nas cidades é menos prejudicial ao ambiente, do que se ela fosse dispersa;
- 7- Atualmente, a maior parte do crescimento populacional urbano resulta do crescimento vegetativo das cidades.

Isto ocorre porque, no contexto urbano metropolitano, os problemas ambientais têm se avolumado a passos agigantados e sua lenta resolução acarretam sérios impactos sobre a população. Os problemas não são novos. Destaca-se a contaminação das fontes, o aumento desmesurado das enchentes, as dificuldades na gestão de resíduos sólidos e a interferência crescente do despejo inadequado de lixo em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais. Como, então, enfrentar estes problemas? A possibilidade de maior

acesso à informação potencializa mudanças comportamentais necessárias para um agir mais orientado na direção da defesa do interesse geral.

Nesse tempo em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, como o ciberespaço, a multimídia e a Internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para que transformem as diversas formas de participação em defesa da qualidade de vida.

O desafio da construção de uma cidadania ativa se configura como elemento determinante para a constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação.

Na medida em que se observa que é cada vez mais difícil manter a qualidade de vida nas cidades, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados a estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, numa perspectiva orientada para um novo modelo de desenvolvimento.

A cidadania sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito enraizado na cultura. É talvez neste sentido que costuma-se dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, que deve ser mantida. Pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida, tem que ser reclamada.

De acordo com o que foi exposto, torna-se fácil concluir que o referido patrimônio, em geral, e os edifícios que o integram, em particular, são relativamente abundantes, a despeito de os atentados de que muitos deles, todos os dias, são alvos. Por tal motivo, qualquer programa de preservação e requalificação de instalações industriais exige, não só conhecimentos e competência, como muita ponderação e cuidado. Essas exigências devem, aliás,

ser tidas em conta nas diversas fases de intervenção, desde a seleção, obviamente fundamentada, dos elementos a preservar, requalificar e reutilizar, até às soluções a adotar e aos objetivos a atingir. Esta pode vir a ser uma das propostas de intervenção sócio-ambiental.

A justificativa para a eventual reorientação de usos de determinada estrutura industrial deverá alicerçar-se em vários fundamentos e utilizar diversos critérios. A propósito, mantêm-se válidos os seguintes princípios, enunciados já nos inícios do presente século: o valor artístico, o valor histórico e o valor que é aqui considerado como o social.

Quanto ao valor artístico, temos que prestar atenção ao evoluir da arquitetura industrial, desde as antigas oficinas às fábricas dos nossos dias. Do ponto de vista histórico, dever-se-á ter presente que determinada instalação, além de se poder considerar um monumento, é simultaneamente um documento, como bem enfatiza Jacques Le Goff (1988) “as instalações industriais são, pois, objetos portadores de tempo, os monumentos têm uma mensagem interna do passado que é necessário transmitir com autenticidade.”

Assim, independentemente do seu valor estético, as estruturas industriais podem transmitir-nos informações diversas. Com efeito, se nos reportarmos às instalações fabris, verificaremos que a sua escala, volumetria e distribuição do espaço ficaram a dever não apenas a exigências de carácter tecnológico, nomeadamente às dimensões e ao peso das máquinas, mas também a estratégias de gestão, com vista a possibilitar um controle efetivo da mão-de-obra.

Por outro lado, também alguns componentes específicos das instalações fabris podem fornecer informações, de grande utilidade. A chaminé constitui, a propósito, um bom exemplo. Além de símbolo característico da industrialização ou, também, de “emblema da indústria”, ela nos faz lembrar: da transição da oficina à fábrica, da utilização de uma nova forma de energia, o vapor, ao tempo bastante

inovadora e indissociavelmente ligado à primeira revolução industrial, de certa prosperidade da empresa; e de alguns aspectos negativos, relacionados com a poluição. É por tudo isso que, com alguma freqüência, nos deparamos com chaminés que foram poupadas à demolição das respectivas fábricas.

Estruturas igualmente importantes, como fontes históricas, são as que se referem ao alojamento, de patrões, técnicos e operários. Cabe aqui lembrar, que no caso do Engenho Central, as únicas instalações que estão em ótimo estado de conservação e preservação, são as instalações que outrora abrigaram a família de franceses, que lá se instalou como já foi mencionado.

Não há, obviamente, soluções uniformes ou pré-estabelecidas. Tudo depende do respectivo meio, suas carências e condicionalismos. Assim, as instalações de uma antiga fábrica podem transformar-se em estabelecimento de ensino, museu, galeria de arte, como podem igualmente dar origem a um teatro, a uma biblioteca ou arquivo, para não falar num estabelecimento comercial, um café ou um restaurante, e alcançar um valor social maior. Em muitos casos, devido às suas dimensões, poderão ser adaptadas a diversas funções. Todos conhecerão, por certo, aquele restaurante que, em boa hora, foi instalado num belo exemplar da arquitetura do ferro, junto ao mercado em Porto Alegre, no Brasil. Neste, como em muitos casos, o referido patrimônio constitui uma atração muito válida do ponto de vista do patrimônio cultural. A requalificação e reutilização de estruturas industriais não têm, necessariamente, que passar somente por objetivos culturais, mas não poderá jamais prescindir deles, procurando integrá-los no conjunto da obra.

Em alguns casos, mais do que intervir, pontualmente, em uma determinada estrutura, visou-se a requalificação de toda uma área ainda bem presente na memória de todos, bem como em zonas ribeirinhas de várias cidades que, após um divórcio de décadas, se reconciliarem de novo com a água, transformando-se as áreas degradadas em espaços comerciais recreativos e de lazer. Além dos

casos como Londres e Liverpool, podiam mencionar-se diversos outros, como Barcelona, Toronto ou Buenos Aires. Trata-se, afinal, das já chamadas “cidades de água” ou “frentes de água”. E aqui podemos incluir a cidade de Piracicaba e o Engenho Central, como exemplos.

Os ruídos no uso do território existem e podem ser transformados em “contra usos” dos espaços, transformando os ares da cidade em ares que libertam, em formas cotidianas de apropriação política dos lugares, mas para isto tem que se atribuir sentidos e qualificar os espaços da cidade, como verdadeiramente públicos. (PROENÇA, 2004, p.231)

Finalmente, no que se diz respeito ao valor social devemos ter em vista as necessidades da comunidade e, simultaneamente, procurar que ela adira e colabore nos projetos de preservação e requalificação a desenvolver. O patrimônio visto a esta luz, constitui um capital que é preciso incorporar nas necessidades da vida social. Aqui cabe uma alusão à memória destruída hoje pela sociedade capitalista, que bloqueia os caminhos da lembrança, arranca seus marcos e apaga seus rastros.

A memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir desta identificação. Este processo acontece em diferentes escalas. A comunicação através da pesquisa realizada vem nos mostrar o ruído existente entre o patrimônio e a sociedade. (FILHO. Reis, 1982, p.167)

Um dos produtos finais dessa pesquisa refere-se assim à produção de um vídeo, que mostra de forma verdadeira os “ruídos” e as reflexões levantadas

durante esse estudo. Este foi de fundamental importância para dar legitimidade e mostrar a voz daqueles que podem construir novas práticas sócio-espaciais.

Por isto, nesta pesquisa, priorizou-se através das entrevistas perceber os valores históricos, culturais e sociais procurando relacionar o passado, o presente e o futuro para um novo uso do Engenho Central.

Assim, as intervenções de âmbito público, devem orientar-se principalmente para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Qualquer intervenção requer mecanismos e instrumentos estratégicos de gestão, de políticas de planejamento e da participação dos cidadãos, com a finalidade de revitalizar verdadeiramente, o tecido social.

As experiências de registro e transferência de salvaguarda e resgate do patrimônio imaterial permitem manter vivas e dinâmicas as culturas e os povos, contribuindo para a preservação destes para as futuras gerações.

Como produto desta revalorização, temos a recuperação de hábitos, costumes, festas, mitos e lendas tão ricas e próprias da diversidade cultural combatendo assim, a chamada hegemonia cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCO, André L. *A contribuição da Geografia na formação do Arquiteto Urbanista: A visão sistêmica e a dimensão ambiental* (Dissertação de Mestrado). Campinas – IGE/UNICAMP 2002.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. *Local y Gobal: La gestión de las ciudades em la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.

BORTOLOZZI, Arlêude e BLANCO, André. *Meio Ambiente, Território urbano e Novas Práticas Sócio-espaciais: repensando o “processo de gentrification” para a sustentabilidade das cidades brasileiras*. XII Congresso Iberoamericano de Urbanismo. Ciudad Y Ecologia. Sca –Espanha –2006.

BORTOLOZZI, Arlêude. *Educación Ambiental y Acción Social en El Espacio Urbano Brasileño: análisis de uno estudio de caso: IV Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental y IV Convención del Medio Ambiente y Desarrollo: Un mundo mejor és posible*. Palácio de las Convenciones. Habana – Cuba. Junio de 2003. CDROM – CITMA-Softcal- ISEN – 959-7164-45-0.

BORTOLOZZI, Arlêude. *Educação Ambiental e o Ensino de Geografia: bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*. (Tese de Doutorado). FE/UNICAMP. 1997

BORTOLOZZI, Arlêude. “Comunicação, Ensino e a Temática Ambiental.” In *Comunicação e Educação*. São Paulo :Revista do curso de gestão de processos comunicacionais da USP n° 14, 1999.

BORTOLOZZI, Arlêude e PEREZ FILHO, Archimedes. “Crise Ambiental da Modernidade e a Construção do Espaço-lugar do não Cidadão”. In: *Boletim Paulista de Geografia-AGB 50 anos n° 76 – Seção São Paulo*. 1999

BORTOLOZZI, Arlêude e PEREZ FILHO, Archimedes. “Diagnóstico da Educação Ambiental no Ensino de Geografia .In: *Cad. Pesqui.*, mar. 2000, n° 109.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas, Ciência Para Uma Vida Sustentável*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo ; Cultrix , 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo. 7° Edição. Cortez – 2005

CORREA, Roberto. *Espaço Urbano*. - 4° Ed.-São Paulo : Ática, 2000.

DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO SÃO PAULO. *O Direito a Memória (Patrimônio Histórico E Cidadania)* – São Paulo; DPH, 1992.

I ENCONTRO PATRIMONIAL INDUSTRIAL – Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial, Unicamp, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO –Fovest,2007 São Paulo,n °21 – suplemento.

FREIRE,Cristina. *Além dos Mapas: Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo*, São Paulo: SESC: Annablume,1997.

GUTIERREZ, R – História, Memória e Comunicação: o direito ao patrimônio. *In :O direito a memória, patrimônio, história e cidadania*. Organização da Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, SP 1992.

HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Trad: Artur Morão Portugal: Lisboa: Edições 70,1987. Biblioteca de Filosofia Contemporânea.

HABERMAS, Jurgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições* Trad.: Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento- São Paulo: Martins Fontes, 2000.504 p.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaços e debates; revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano XVI, n° 39, 1996.

JACOBS, Jane –*Morte e Vida das Grandes Cidades* ; Trad. Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Ap. Gomes Bailão. – São Paulo : Editora Martins Fontes, 2000.

LE GOFF,Jacques.Por amor às cidades. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP,1998.

LEITE, Rogerio Proença – *Contra Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana*. Editora Unicamp. Aracaju –Campinas SP, 2004

MENDES, José Amado – *Uma Nova Perspectiva Sobre Patrimônio Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

MIRALLES, Ana Maria.” Comunicación para el Desarrollo Urbano. In: *PCLA*, Vol. 3 n° 01, Colombia, 2001.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. (Trad. Maria D. Alexandre, Maria Alice Sampaio Dória) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1999.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação Ambiental*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUEIROGA, Eugenio F. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e ação comunicativa*. Doutorado (tese em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Arlete Moyses. *Produção e Consumo de e no Espaço Urbano: Problemática Ambiental Urbana* - São Paulo - Hucitec, 1998.

Plano diretor de desenvolvimento Turístico do Município de Piracicaba. Secretaria Municipal de Turismo -2001.

Projeto Conceitual do Museu de Ciência e Tecnologia de Piracicaba, 2003.

PROJETO DE USO E OCUPAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL - Prefeitura Municipal de Piracicaba, Secretaria de Ação Cultural - 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 5ª edição São Paulo, Estúdio Nobel, 2000 (Coleção Espaços)

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo. Hucitec, 1994 (Col. Est. Urbanos, vol 5)

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: especificidades do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Tradução: Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 2ª edição. Petrópolis. Editora Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5º ed. São Paulo; Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência Universal*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad . Myrna T. Rego Viana. 2º ed São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2004 b 440p. (Coleção Milton Santos)

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* – 13º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Maria Adélia A. & SANTOS, Milton (orgs). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "Espaços Urbanos: Territorialidades e Representações. In: *Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades*. Presidente Prudente: Unesp/fct: Gasperr, 1999.

TERCI, Eliana Tadeu. Tese de Doutorado “*A Agroindústria Canavieira de Piracicaba: Relações de Trabalho e Controle Social, 1880 a 1930*” - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

BIBLIOGRAFIA:

ACSERALD, Henri (org). *A duração das cidades: Sustentabilidade e Riscos nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: 2001.

BAUDRILLARD, Jean: *A cidade desvendada: Reflexões e Polêmicas sobre o Espaço Urbano, seus Mistérios e Fascínios*. Ediouro, 2000.

BOSI, Ecléa: *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* / São Paulo; T. A. Queiroz, 1979.

CARLOS.Ana Fani A: *A Cidade* - 7ªed. – São Paulo: Contexto, 2003. Coleção: Repensando a Geografia.

CARNEIRO, Maria Aparecida e TOMAZELLO, Maria Guiomar. “A televisão e a Educação Ambiental Informal: o programa Repórter Eco / TV Cultura”. In: *Rev.eletrônica maestr. Educ. Ambient*, vol 07, Rio Grande: FURG, 2001.

CHAUÍ, Marilene. *Convite à Filosofia*. 12 ed. São Paulo: ática, 2001.

EVASO, Alexander Sergio. *A refuncionalização do espaço*. Revista Experimental, São Paulo.nº. 6, março, 1999.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneos. *Espaços e Debates; IN revista de estudos regionais e urbanos* , São Paulo, ano XVII, NÚMERO 41, P.26-45,2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20ª ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2004.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder : a criação de territórios da cidade. Espaço e debates: *IN Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, Ano V, nº. 16, 1985.

LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade* trad. Jefferson Luiz Camargo - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Ed. Paulus, Coleção temas da atualidade.

MEYER, Regina. *O urbanismo: entre a cidade e o território*. In: *Revista de Ciência e Cultura*, 2006, Ano 58.

MIRANDA, Ana Luisa. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte do requisitos para o título de mestre e Geografia .*O Uso do território pelos homens lentos; A Experiência dos Camelos no Centro de Ribeirão Preto.*

MIRANDA, Maria Inês F, et alli “Transdisciplinaridade: o desafio de inovar”.In: *Comunicação e Educação: revista do curso de gestão de processos comunicacionais da Usp nº 14.*São Paulo, 1999.

MORENO, Julio. *O Futuro das Cidades.* Senac. São Paulo. 2002

MOURÃO, Julio Olimpio Fusaro. PIRACICABA 2010 – *Realizando Um Futuro.* Piracicaba, SP 2001.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação.*São Paulo: Annablume: Fapesp, 1996.

QUEIROZ, Filho, A C. ”*Meio Ambiente Urbano e Desigualdades Sócio - Espaciais: O caso da Lagoa de Fortaleza* – CE Dissertação de Mestrado. DEGEO/IG/UNICAMP, 2005

RIBEIRO, L.C. de Q. “Cidade e Cidadania. Inclusão Urbana e Justiça Social.” – In: *Revista Brasileira para o Progresso da Ciência.* Ano 56 nº 02/2004

RONCAYOLO, M. “*La ville et ses territoires,* Ed. Gallimard Paris,1993.

POZO,Paz Benito - Patrimônio Industrial y cultura del território. Boletín de la A.G.E. Nº 34.2002.

SCHAAF, Adam. *As conseqüências sócias da Segunda Revolução Industrial.* Trad.C. E. J. Machado e L.A. Obojes. 4ª Edição São Paulo: Editora Unesp. Brasiliense,1995.

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos.* Perspectiva. 2001.

SILVA, Armando. *De quem é o pedaço?* Espaço e Cultura – Hucitec,1978.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: *DÉAK, Csaba ; SCHIFFER, Sueli (Orgs). O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes D. *Mudar a Cidade.* Uma introdução crítica ao Planejamento e Gestão Ambiental Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.

VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia & ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *A Cidade do Pensamento único*. Vozes 2002

WOLFF, Richard D. *Possible Urban Worlds*. Birkhauser Publish. 1999

ANEXOS:

ANEXO 1

1. Recomendação de Paris
2. Lei complementar nº 171, de 13 de abril de 2005,
3. Questionários
4. Carta de Nizhny Tagil Sobre Patrimônio Industrial

1. RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1962)

RECOMENDAÇÃO REFERENTE À SALVAGUARDA DA BELEZA E DO CARÁCTER DAS PAISAGENS E DOS LUGARES*

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas sobre educação, ciência e cultura, reunida em Paris de 9 de Novembro a 12 de Dezembro de 1962, na sua décima segunda sessão, Considerando que em todas as épocas o homem por vezes fez atentados à beleza e ao carácter das paisagens e dos lugares que fazem parte do quadro natural da sua vida, atentados esses que empobreceram o património cultural, a estética e até mesmo a vida de regiões inteiras em todo o mundo,

Considerando que através da cultura de novas terras, do desenvolvimento por vezes desordenado das aglomerações, da execução de grandes trabalhos e da realização de vastos planos de organização e de equipamento industrial e comercial, as civilizações modernas aceleraram este fenómeno que até ao século passado tinha sido relativamente lento,

Considerando que este fenómeno tem repercussões tanto sobre o valor estético das paisagens e dos lugares naturais, ou criados pelo homem, como sobre o interesse cultural e científico que apresenta a vida selvagem,

Considerando que devido à sua beleza e ao seu carácter, a salvaguarda das paisagens e dos lugares definidos na presente recomendação é necessária à vida do homem, para que constituam um potencial regenerador físico, moral e espiritual, universalmente conhecidos,

Considerando ainda que as paisagens e os lugares constituem um fator importante da vida económica e social de um grande numero de países, e também um elemento importante das condições de higiene dos seus habitantes,

Reconhecendo, no entanto, que é preciso ter em consideração as necessidades da vida em coletividade, da sua evolução tal como dos avanços rápidos do progresso técnico,

Considerando, conseqüentemente, que é altamente desejável e urgente estudar e tomar as medidas necessárias para salvaguardar a beleza e o carácter das paisagens e dos lugares e sempre que for possível de o fazer,

Examinando as propostas relativas à salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos lugares, assunto que constituiu ponto 17.4.2da ordem do dia da sessão,

Após ter decidido, por altura da sua décima primeira sessão, que as propostas sobre este ponto seriam objeto de um regulamento internacional através de urna recomendação aos Estados membros,

Adota aos onze dias do mês de Dezembro de 1962, a presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que apliquem as disposições abaixo, adotando, sob a forma de lei nacional ou sob outra forma, medidas com vista a fazer cumprir, nos territórios sob a sua jurisdição, as normas e princípios formulados na presente recomendação.

A conferência Geral recomenda aos Estados membros que dêem a conhecer a presente recomendação às autoridades e organismos que se ocupam da proteção das paisagens e dos lugares e do ordenamento do território, aos organismos encarregados da proteção da natureza e do desenvolvimento do turismo e também às organizações de juventude.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros que lhe apresentem, em datas e sob a

forma que ela determinar, relatórios relativos ao seguimento por eles dado à presente recomendação.

Definição

1. Segundo os objetivos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e lugares, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e dos lugares naturais, rurais ou urbanos, quer se devam à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural e estético, ou que constituem meios naturais característicos.

2. As disposições da presente recomendação visam igualmente completar as medidas de salvaguarda da natureza.

Princípios Gerais

3. Os estudos e as medidas a tomar com vista à salvaguarda das paisagens e dos lugares, deveriam alargar-se a todo o território do Estado e não se deveriam limitar a determinadas paisagens ou a certos lugares determinados.

4. Deveria ter-se em conta, na escolha das medidas a aplicar, o interesse relativo das paisagens e dos lugares considerados. Estas medidas poderiam variar nomeadamente segundo o caráter e as dimensões das paisagens e dos lugares, a sua localização, tal como a natureza dos perigos que os podem ameaçar.

5. A salvaguarda não se deveria limitar às paisagens e aos lugares naturais, mas alargar-se também às paisagens e aos lugares cuja formação se deve, na sua totalidade ou em parte, à obra do homem. Assim, deveriam ser encaradas disposições especiais para assegurar a salvaguarda de certas paisagens e de certos lugares, tais como as paisagens e os lugares urbanos, que são, em geral, os mais ameaçados, nomeadamente pelos trabalhos de construção e a especulação predial. Deveria ser assegurada uma proteção especial nas circunvizinhanças dos monumentos.

6. As medidas a tomar para a salvaguarda das paisagens e dos lugares deveriam ser de caráter preventivo e corretivo.

7. As medidas preventivas para a salvaguarda das paisagens e dos lugares, deveriam aspirar a protegê-los contra os perigos que os ameaçam. Estas medidas deveriam ter por objeto, principalmente o controlo dos trabalhos e das atividades susceptíveis de ameaçarem as paisagens e os lugares e nomeadamente da:

a) Construção de imóveis públicos e privados de todos os tipos. Os seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar certas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando uma imitação fácil de certas formas tradicionais e pitorescas, deveriam estar em harmonia com o ambiente que se quer salvaguardar;

b) Construção das estradas;

c) Fios de eletricidade de alta ou baixa tensão, as instalações de produção e transporte de energia, os aeródromos, as estações de rádio, de televisão, etc.;

d) Construção de estações de serviço para a distribuição de carburantes;

e) Cartazes publicitários e anúncios luminosos;

f) Desarborização, incluindo a destruição de árvores que contribuem para a estética da paisagem, em particular as que se encontram nas margens das vias de comunicação ou das avenidas;

g) Poluição do ar e da água;

h) Exploração de minas e de pedreiras e evacuação dos seus detritos;

i) Captação de fontes, trabalhos de irrigação, barragens, canais, aquedutos, regularização dos cursos de água, etc.;

j) Campismo;

k) Depósitos de material e de materiais usados assim como detritos e resíduos domésticos, comerciais ou industriais.

8. A salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos lugares deveria igualmente ter em conta os perigos provenientes de certas atividades de trabalho ou de certas formas de vida da sociedade contemporânea devido ao barulho que provocam.

9. As atividades susceptíveis de levar a uma deterioração das paisagens e dos lugares em zonas classificadas, ou de outra forma protegidas, não deveriam ser admitidas a não ser que um interesse público ou social o exigisse absolutamente.

10. As medidas corretivas deveriam ter como objeto o desaparecimento dos atentados às paisagens e aos lugares e, na medida do possível, repô-los como estavam.

11. A fim de facilitar a tarefa dos diversos serviços públicos encarregados da salvaguarda da paisagem e dos lugares em cada Estado, deveriam ser criados institutos de investigação científica para colaborar com as autoridades competentes em vista a assegurar a harmonia e a codificação das disposições legislativas e regulamentares aplicáveis. Estas disposições e os resultados dos trabalhos dos institutos de investigação deveriam ser reunidas numa única publicação administrativa periódica atualizadas.

Medidas de Salvaguarda

12. A salvaguarda da paisagem e dos lugares deveria ser assegurada através do recurso aos métodos em seguida enunciados:

- a) O controlo geral por parte das autoridades responsáveis;
- b) A inserção de sujeições nos planos urbanísticos e de ordenamento a todos os níveis: regionais, rurais ou urbanos;
- c) A classificação "por zonas" das paisagens alargadas;
- d) A classificação dos lugares isolados;
- e) A criação e manutenção de reservas naturais e de parques nacionais;
- f) A aquisição de lugares pela coletividade pública.

Controlo Geral

13. Deveria exercer-se um controlo geral sobre os trabalhos e as atividades susceptíveis de ameaçarem as paisagens e os lugares, em toda a extensão territorial do Estado.

Planos de urbanismo e ordenamento das regiões rurais

14. Os planos urbanísticos e os planos de ordenamento das regiões rurais deveriam incluir disposições relativas às sujeições impostas para a salvaguarda das paisagens e os lugares, mesmo não classificados, que estão dentro do território que esses planos englobam.

15. Deveriam estabelecer-se planos urbanísticos e de ordenamento das regiões culturais em função da sua prioridade, nomeadamente para as cidades ou regiões em vias de desenvolvimento rápido, onde a salvaguarda do carácter estético ou pitoresco dos locais, justificaria o estabelecimento de tais planos.

Classificação "por zonas" das paisagens alargadas

16. As paisagens alargadas deveriam ser objeto de uma classificação "por zonas".

17. Quando, numa zona classificada, o carácter estético tem um interesse primordial, a classificação "por zonas" deveria incluir o controlo da divisão em lotes e a observação de determinadas prescrições gerais de carácter estético tendo em conta a utilização dos materiais e a sua cor, normas de altura, precauções a tomar para encobrir a ação das águas resultante da construção de barragens ou da exploração de pedreiras, regulamentação do corte de árvores, etc..

18. A classificação "por zonas" deveria ser do conhecimento público e as regras gerais a cumprir para a salvaguarda das paisagens que são objeto dessa classificação deveriam ser editadas e difundidas.

19. A classificação "por zonas" não deveria, em regra geral, dar direito a indenização.

Classificação dos lugares isolados

20. Os lugares isolados e de pequenas dimensões, naturais ou urbanos, assim como as porções de paisagem que apresentam um interesse excepcional, deveriam ser classificados. Os terrenos de onde se goza de uma vista notável também deveriam ser classificados. Todos os lugares, terrenos ou imóveis assim classificados deveriam ser objeto de uma decisão administrativa especial, devidamente notificada ao proprietário.

21. Esta classificação deveria significar para o proprietário a interdição de destruir o lugar ou de modificar o estado dos lugares ou o seu aspecto sem autorização das autoridades encarregues da sua salvaguarda.

22. A autorização eventualmente concedida deveria estar de acordo com todas as condições úteis à salvaguarda do local. No entanto, não seria necessária uma autorização para os trabalhos de exploração corrente dos fundos rurais nem para os trabalhos de manutenção normal das construções.

23. A expropriação por parte do Estado, assim como a execução de todas as obras públicas nem lugar classificado, deveriam ser subordinadas a um acordo prévio das autoridades encarregues da

salvaguarda. Ninguém deveria poder adquirir, por prescrição, num lugar classificado, direitos susceptíveis de modificar o carácter do lugar ou o aspecto dos lugares. Não deveria ser concedida pelo proprietário nenhuma sujeição convencional sem o acordo das autoridades encarregues da salvaguarda.

24. A classificação deveria implicar a interdição de poluir os terrenos, o ar e as águas, de qualquer modo, estando por outro lado, a extração de minerais subordinada a uma autorização especial.

25. Deveria ser interdito qualquer tipo de publicidade nos lugares classificados e nas suas redondezas imediatas, ou limitada a sítios especiais estabelecidos pelas autoridades encarregues da salvaguarda.

26. Não deveria ser permitido, em principio, acamparem lugares classificados. Só deveria ser permitido em terrenos delimitados pelas autoridades encarregues da salvaguarda e submetidos à sua fiscalização.

27. A classificação de um lugar deveria poder dar direito a indenização para o proprietário, em caso de prejuízo direto e certo resultante da classificação.

Reservas naturais e parques nacionais

28. Quando as condições assim o permitissem, os Estados membros deveriam incorporar nas zonas e lugares onde convém assegurar a salvaguarda, parques nacionais destinados à educação e à satisfação do público ou reservas naturais, parciais ou integrais. Esses parques nacionais e reservas naturais deveriam constituir um conjunto de zonas experimentais destinadas também às investigações relativas à formação e restauro da paisagem e à proteção da natureza.

Aquisição dos lugares pelas coletividades públicas

29. Os Estados membros deveriam favorecer a aquisição pelas coletividades públicas dos terrenos que fazem parte de uma paisagem ou de um lugar que convém assegurar e salvaguardar. Quando necessário, essa aquisição deveria poder realizar-se por meio de expropriação.

Aplicação da Salvaguarda

30. As normas e princípios fundamentais que regem, nos Estados membros, a salvaguarda das paisagens e dos lugares deveriam ter carácter obrigatório, sendo as medidas de aplicação confiadas às autoridades responsáveis no quadro das atribuições que lhe são reservadas pela lei.

31. Os Estados membros deveriam instituir organismos especializados com um carácter administrativo ou consultivo.

32. Os organismos de carácter administrativo deveriam ser serviços especializados, centrais ou regionais, que teriam a seu cargo a aplicação da salvaguarda. Com este fim, os serviços deveriam ter a possibilidade de estudar os problemas de proteção e de classificação, proceder a inquéritos no local, preparar as decisões a tomar e controlar a sua execução. Teriam também a seu cargo a proposta de medidas, de modo a reduzir os perigos que podem apresentar a realização de certos trabalhos, ou reparar os danos produzidos por tais trabalhos.

33. Os organismos de carácter consultivo deveriam consistir em comissões, à escala nacional, regional ou local, que estariam encarregues de estudar os problemas relativos à salvaguarda, e informar as autoridades centrais, regionais ou as coletividades locais interessadas, sobre esses problemas. A informação destas comissões deveria ser exigida em todos os casos e em tempo útil, em particular nas fases de anteprojecto, quando se trata de obras de interesse geral e de grande envergadura, tais como a construção de auto-estradas, de instalações hidrotécnicas, a criação de novas instalações industriais, etc.

34. Os Estados membros deveriam facilitar o estabelecimento e a acção de organismos não governamentais - nacionais ou locais - cuja tarefa consistiria, entre outras, em colaborar com os organismos mencionados nos parágrafos 31, 32 e 33, nomeadamente pela informação à opinião pública e alerta aos serviços responsáveis dos perigos que ameaçam as paisagens e os lugares.

35. A violação dos textos de organização da salvaguarda das paisagens e dos lugares deveria poder dar lugar a juros de prejuízos ou implicar a obrigatoriedade de repor os locais como estavam, na medida do possível.

36. Deveriam prever-se sanções administrativas ou penais em caso de atentados voluntários às paisagens e aos lugares protegidos.

Educação Pública

37. Deveria compreender-se uma acção educativa, na escola e fora dela, com vista a despertar e desenvolver o respeito público pelas paisagens e lugares e a dar a conhecer melhor as regras editadas a fim de assegurar a sua salvaguarda.

38. Os professores a quem fosse confiada esta tarefa educativa nas escolas deveriam receber uma preparação especial para este efeito, sob a forma de estágios especializados de estudos nos estabelecimentos de ensino secundário e superior.

39. Os Estados membros deveriam também facilitar a tarefa dos museus existentes, com vista a intensificar a acção educativa que já empreenderam neste sentido, e encarar a possibilidade de criar museus especiais ou departamentos especializados nos museus existentes para o estudo e a apresentação dos aspectos naturais e culturais próprios a certas regiões.

40. A educação do público fora das escolas deveria estar a cargo da imprensa, das associações particulares de protecção das paisagens e dos lugares ou de protecção da natureza, dos organismos que se ocupam do turismo, e ainda das organizações de juventude e de educação popular.

41. Os Estados membros deveriam facilitar a educação do público e estimular, dando-lhes uma ajuda material, a acção das associações que se consagram a esta tarefa e colocando à sua disposição, tal como à dos educadores em geral, meios apropriados de publicidade incluindo filmes, emissões radiofónicas ou de televisão, material para exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, brochuras e livros susceptíveis de uma ampla difusão e concebidos dentro de um espírito didáctico. Uma grande publicidade poderia realizar-se por intermédio dos jornais, revistas e periódicos regionais.

42. Jornadas nacionais e internacionais, concursos e outras manifestações semelhantes deveriam ser consagradas à valorização das paisagens e dos lugares resultantes da natureza ou da obra do homem, a fim de chamar a atenção do grande público para a importância da salvaguarda da sua beleza e carácter que constitui um problema primordial para a colectividade.

* Adotada na XII Assembléia da UNESCO, reunida em Paris em 11 de Dezembro de 1962.

ANEXO 2

2. Lei nº 5.194/02, que “dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina as atividades, a produção, os programas e as iniciativas artístico-culturais do Município de Piracicaba”.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 13 DE ABRIL DE 2005

Revoga dispositivos da Lei nº 5.194/02, que “dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina as atividades, a produção, os programas e as iniciativas artístico-culturais do Município de Piracicaba, bem como especifica a natureza e as funções da Secretaria Municipal da Ação Cultural e dos Órgãos da Administração Pública auxiliares na gestão cultural.” (Biblioteca, Casa do Povoador, Pinacoteca e Teatro)”, integra o CODEPAC ao IPPLAP e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

1

LEI COMPLEMENTAR Nº 171

Art. 1º Fica expressamente revogado o CAPÍTULO I – Do CODEPAC, do TÍTULO II –

Dos Órgãos Vinculados Diretamente ao Secretário Municipal da Ação Cultural, todos da Lei n.º 5.194, de 25 de setembro de 2.002, alterada pela de n.º 5.434, de 25 de junho de 2004.

Art. 2º O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - CODEPAC criado pela Lei n.º 4.276, de 17 de junho de 1.997, fica integrado ao Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba, com atribuições que não ultrapassarão quaisquer das cometidas aos órgãos correlatos, no âmbito estadual e federal.

Parágrafo único. O Conselho de que trata o *caput* deste artigo será subordinado diretamente ao Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba.

Art. 3º São objetivos do CODEPAC:

I - promover a política municipal de defesa do patrimônio cultural em conjunto com o Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba e,
II - propor ações efetivas, genéricas ou específicas, para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arqueológico e arquitetônico do Município.

Art. 4º O CODEPAC terá a seguinte composição:

I - 01 (um) artista plástico ou folclorista indicado pela Secretaria Municipal da Ação Cultural;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo;

III - 01 (um) engenheiro civil, representante da Secretária Municipal de Obras;

IV - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores do Município de Piracicaba;

V - 01 (um) representante do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba;

2

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

VI - 01 (um) arquiteto indicado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba;

VII - 01 (um) advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - 01 (um) ecólogo, engenheiro agrônomo ou florestal indicado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ;

IX - 01 (um) representante da Escola de Engenharia de Piracicaba - EEP, ligado à áreas relacionadas à natureza e finalidades do CODEPAC;

X - 01 (um) artista plástico indicado pela Associação Piracicabana dos Artistas Plásticos;

XI - 01 (um) representante do Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba;

XII - 01 (um) historiador indicado pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP;

XIII - 01 (um) representante da Diocese de Piracicaba;

XIV - 01 (um) representante da Sociedade de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba – SODEMAP;

XV - 01 (um) representante do Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba;

XVI - 01 (um) representante do Departamento de Uso e Ocupação do Solo do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba;

XVII - 01 (um) representante do Departamento de Projetos Especiais do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba;

XVIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

XIX - 01 (um) representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, Seção Piracicaba.

Parágrafo único. Os membros indicados para compor o CODEPAC serão nomeados via decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Compete ao CODEPAC:

I - sugerir adoção de medidas legais ou administrativas necessárias à realização dos seus objetivos;

II – sugerir medidas aos órgãos competentes, no âmbito estadual ou federal, inclusive, pela modificação da legislação existente, para o cumprimento das exigências no tocante à defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico, arqueológico e arquitetônico do Município;

III - efetuar gestões junto à entidades privadas, objetivando que estas colaborem na execução da defesa do Patrimônio Cultural do Município;

IV – quando se tratar de bem imóvel, solicitar, ao setor municipal competente, a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, o qual se constituirá em mais um elemento a ser considerado quando da emissão do parecer sobre a viabilidade do tombamento;

3

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

V – eleger e submeter à apreciação do Poder Executivo, os bens móveis e imóveis que, pelo seu valor cultural, mereçam ser preservados através de tombamento;

VI - organizar uma pasta de arquivo para cada imóvel objeto de tombamento, devendo dela constar todo material e dados disponíveis;

VII - solicitar avaliações dos bens cujo tombamento tenha sido sugerido;

VIII - conhecer, em grau de defesa, as controvérsias administrativas ou reclamações de interessados sobre as condições de utilização e conservação dos bens tombados, cabendo dessa decisão recurso ao Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias;

IX - apresentar, semestralmente, relatório de suas decisões ao Poder Executivo, enviando cópia para publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba;

X - elaborar seu Regimento Interno;

XI – sugerir, ao Poder Executivo, a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, similares ou não e,

XII - proceder à fiscalização do perfeito desenvolvimento do processo e manutenção do bem móvel ou imóvel proposto ao tombamento.

Art. 6º Os serviços prestados pelos membros do CODEPAC serão considerados de relevância para o Município, não percebendo seus membros qualquer remuneração.

Art. 7º O CODEPAC se reunirá, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado.

§ 1º O CODEPAC elegerá, na sua primeira reunião ordinária de cada ano, o Presidente, o Vice-Presidente e dois Secretários que, reciprocamente, desempenharão suas funções, substituindo-se nos seus impedimentos ou faltas.

§ 2º O mandato do Conselho coincidirá com o mandato do Prefeito Municipal que o nomeou.

§ 3º Toda decisão do Conselho será tomada pela maioria simples dos seus membros, assegurado ao Presidente o voto de desempate.

Art. 8º Uma vez decidido pelo Poder Público, o tombamento dos bens imóveis, integrados em conjunto urbano ou rural do Município de Piracicaba, tanto de propriedade particular como de propriedade pública, pertencentes à pessoa física ou jurídica, que for julgado necessário à evocação e preservação do passado histórico, como fonte artística, turística, ambiental, ecológica, arqueológica ou arquitetônica de Piracicaba, observará as formalidades da presente Lei.

Parágrafo único. No interesse da preservação dos bens imóveis descritos no *caput* do presente artigo, será lícito, também, o tombamento de bens móveis ligados ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Piracicaba.

Art. 9º A abertura do processo de tombamento assegura a preservação do bem em análise, até final decisão.

§ 1º Para abertura de novos processos de que trata o *caput* do presente artigo, o prazo para decisão final não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias da data da abertura desses processos.

4

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

§ 2º Nos casos de que trata o § 1º e que se configuram de alta complexidade, poderá haver prorrogação do prazo nele estabelecido, à critério do Diretor-Presidente do IPPLAP, desde que devidamente justificado pelo CODEPAC.

§ 3º O CODEPAC para assegurar a preservação de que trata o *caput* deste artigo, poderá notificar o proprietário e, se necessário, adotar medidas administrativas e judiciais à sua consecução.

Art. 10. Os imóveis tombados serão enquadrados por ato do Executivo Municipal em uma das três categorias de preservação:

I - P1 - imóvel a ser totalmente conservado ou restaurado, tanto interno como externamente, pelo excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural de toda a unidade;

II - P2 - imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser parte do conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamentos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano;

III - P3 - imóvel adjacente à edificação ou a conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido, mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas.

Parágrafo único. A declaração de enquadramento dos imóveis, na forma desta Lei, será averbada nas respectivas matrículas, no Registro de Imóveis.

Art. 11. Nos prédios de categoria P1 e P2 deverá:

I - ser utilizado somente materiais que não descaracterizem o padrão arquitetônico a ser preservado;

II - manter-se preservados os seus ornamentos, esquadrias, telhas e trabalhos em ferro, preservando, assim, a técnica original da construção;

III - manter-se as aberturas originais, sendo vedado emparedar ou criar falsas aberturas;

IV - usar as cores tradicionais das edificações, dando preferência aos tons pastéis;

V - manter-se a mesma forma, divisão de águas e inclinação dos telhados, e os mesmos tipos de beirais ou platibandas;

VI - utilizar-se de réplicas de peças originais que estiverem faltando no conjunto.

Parágrafo único. Se os imóveis das categorias P1 e P2 sofrerem modificações não aprovadas, poderá ser exigida sua restauração da maneira que mais se assemelhe à forma original, ou sua adaptação às condições atuais da área, podendo esta exigência se aplicar aos imóveis como um todo, como também a partes deste.

Art. 12. Os projetos de categoria P3 deverão se harmonizar com a arquitetura do conjunto formado pelas edificações vizinhas, respeitando as características de volume e altura, da cobertura e prolongamento dos telhados, da forma, divisão e proporção das aberturas exteriores, da composição, cores e revestimentos das fachadas.

§ 1º A altura das edificações, no caso de construções novas ou de ampliação das existentes, não deverão exceder a altura máxima das edificações das categorias P1 e P2 mais próximas.

§ 2º O alinhamento predominante no conjunto deverá ser observado.

5

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

§ 3º As coberturas deverão ser construídas com o mesmo material utilizado nas edificações das categorias P1 e P2 do conjunto, mantendo, ainda, a mesma forma, divisão de águas, inclinação dos telhados e os tipos de beirais ou platibandas nelas existentes.

§ 4º Os muros de vedação deverão ter altura e aspecto compatível com as características do conjunto de edificações.

Art. 13. Para os conjuntos urbanos preservados poderá ser autorizada a construção de réplicas de prédios históricos, nos locais em que, comprovadamente, existiram.

Art. 14. Nos prédios da categoria P3, as diretrizes desta seção não deverão inibir uma concepção arquitetônica contemporânea.

Art. 15. Não serão permitidas, em nenhuma das edificações de que trata esta seção:

I - caixas d'água ou casas de máquinas aparentes;

II - a colocação de aparelhos de ar condicionado de maneira aparente nas fachadas que possam ser visíveis do logradouro público;

III - a colocação de marquises;

IV - a utilização de materiais para revestimento externo, total ou parcial, que interfiram com os prédios de valor histórico, tais como: materiais brilhantes, metais, plástico, vidro, madeira e fibrocimento;

V - as pinturas em cores berrantes ou preto, dando-se preferência aos tons pastéis, deverão estar em harmonia com o prédio e o conjunto.

Parágrafo único. Será permitida a utilização de toldos nos pavimentos térreo, desde que não prejudiquem os elementos de fachada e se harmonizem com as cores do prédio.

Art. 16. A comunicação visual não poderá interferir ou ocultar os elementos arquitetônicos fundamentais das edificações, devendo, em todos os casos:

I - ser afixada, perpendicularmente, à fachada e situar-se abaixo das aberturas do pavimento superior;

II - observar a altura máxima de placa de 0,80 cm (oitenta centímetros) e largura máxima de 1 m (um metro);

III - ser apenas indicativa do nome do estabelecimento e do ramo de atividade, sem composição com publicidade, sóbria e adequada à fachada do prédio, proibindo-se a utilização de luzes em movimento.

Art.17. O tombamento de bens, que limitam o uso da propriedade, não geram direito à indenização, de qualquer natureza, por parte do Município, aos proprietários dos imóveis tombados.

Art. 18. A partir da data de publicação do decreto de tombamento, o valor venal do bem tombado, lançado para efeito de tributação do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana, poderá ser reduzido em até 100% (cem por cento), desde que requerido pelo proprietário, cabendo ao CODEPAC decidir pelo percentual, uma vez observados os critérios estabelecidos pelo §1º deste artigo, devendo essa decisão ser homologada pelo Prefeito Municipal.

§ 1º Ficam definidos os seguintes critérios para concessão do benefício de que trata o *caput* deste artigo:

6

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

I - quanto ao estado de conservação:

a) edificação totalmente restaurada, redução de 100% (cem por cento);

b) edificação que necessita de pequenos reparos (esquadrias, ornamentos e reboco), redução de 80 % (oitenta por cento);

c) edificação que apresenta grandes alterações (marquises, alteração de cobertura, modificação dos vãos), redução de 40% (quarenta por cento).

II - quanto ao estado de pintura, as edificações que não apresentarem a pintura ou revestimento de fachada preservados receberão redução de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o percentual obtido conforme enquadramento no inciso anterior;

III - quanto à adequação de comunicação visual, as edificações comerciais que apresentarem comunicação visual em desacordo com a visibilidade do imóvel receberão uma redução de

20% (vinte por cento) incidentes sobre o percentual obtido pelo enquadramento nos incisos I e II deste parágrafo.

§ 2º Não farão *jus* ao benefício as edificações nas seguintes condições:

I - fachadas obstruídas com elementos estranhos;

II - com grandes alterações e que ainda apresentam a pintura deteriorada ou comunicação visual inadequada.

§ 3º O pedido de redução deverá ser renovado, anualmente, pelo proprietário do imóvel.

Art. 19. A limitação do uso de que trata o artigo anterior consistirá, tão somente, no impedimento do proprietário em promover alteração, remoção, destruição ou mutilação do imóvel tombado.

§ 1º Sem autorização do Conselho, não poderão os bens tombados ser pintados, reparados, restaurados ou removidos em parte ou no todo, sob pena de serem aplicadas as penalidades constantes da presente Lei.

§ 2º Qualquer ato do proprietário que acarretar descaracterização, parcial ou total, do imóvel enquadrado nas categorias P1 e P2, sujeitará o proprietário ao embargo da obra, bem como à restauração do mesmo, consoante projetos aprovados pelo CODEPAC.

§ 3º Se caracterizado o abandono proposital do imóvel por parte do proprietário, este deverá ser notificado a tomar as devidas providências com respeito à conservação do mesmo.

§ 4º Nos terrenos onde ocorrerem demolições, parciais ou totais, de prédios das categorias P1 e P2, ou seu abandono, os parâmetros de ocupação das novas edificações não deverão ultrapassar os das edificações demolidas ou abandonadas, bem como deverão manter os mesmos recuos e afastamentos das edificações preexistentes, sem prejuízo das demais sanções previstas.

Art. 20. A concessão de licença para demolição ou reforma de edificações cadastradas no Inventário de Patrimônio Cultural - IPAC, pelo Departamento de Patrimônio Histórico do IPPLAP, dependerá de anuência prévia do CODEPAC.

Parágrafo único. Nos casos da análise, por parte do CODEPAC, de que trata o presente artigo, deverá ser observado o prazo constante do art. 16, da Lei Complementar n.º 163, de 15 de setembro de 2004.

7

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

Art. 21. O descumprimento de quaisquer das obrigações impostas pela presente Lei acarretará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor venal do imóvel e, quando móvel, a multa será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor de mercado do bem tombado, valor este a ser atribuído por avaliação promovida pelo CODEPAC, sem prejuízo de eventual responsabilidade funcional, criminal ou civil.

§ 1º A multa de que trata o *caput* do presente artigo somente será imposta se verificado o descumprimento da Notificação Preliminar, através da qual o notificado terá 30 (trinta) dias para reparar o dano ou 05 (cinco) dias para apresentar recurso.

§ 2º O prazo de reparação dos danos de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado pelo CODEPAC, por, no máximo, 60 (sessenta) dias, mediante requerimento fundamentado do interessado.

§ 3º Descumprida a Notificação Preliminar, será imposta multa, sendo que o autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, sob pena de serem cobrados juros de mora de 01% (um) ao mês calendário ou fração, multa moratória à razão de 02% (dois) incidente sobre o valor corrigido monetariamente.

§ 4º A multa não paga dentro do exercício em que foi lavrada será inscrita como dívida ativa do Município;

§ 5º O recurso de que trata o § 1º, retro, será endereçado ao Diretor Presidente do IPPLAP, a ele cabendo deferir-lo ou não, podendo, inclusive, consultar o CODEPAC.

§ 6º Compete à Fiscalização da Secretaria Municipal de Obras, a notificação e a autuação dos infratores da presente Lei, após solicitação do CODEPAC.

Art. 22. Mediante parecer e solicitação do CODEPAC, caberá ao Poder Executivo a decretação do tombamento.

Parágrafo único. Uma vez decretado o tombamento, caberá ao titular do domínio ou da propriedade, no prazo de 15 (quinze) dias, o direito de recurso contra a decretação.

Art. 23. Quando o titular do domínio ou da propriedade pretender alienar o bem tombado, ficará assegurado ao Município de Piracicaba, em qualquer hipótese, o direito de preferência na aquisição desse bem.

Parágrafo único. Para o pleno exercício do direito previsto neste artigo, o titular do domínio ou da propriedade deverá notificar o Município no que se refere a sua pretensão de alienar o bem tombado.

Art. 24. Somente será permitida, a juízo do CODEPAC, num raio de 50 (cinquenta) metros a partir dos imóveis tombados, a edificação ou reforma que não impeça, não reduza sua visibilidade, não ultrapasse sua altura, nem modifique o ambiente ou paisagem histórica, ecológica ou turística do local, evitando que contraste ou afronte a harmonia do conjunto, reduzindo ou eliminando o valor ou a beleza original do bem protegido.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o Município de Piracicaba poderá propor ação judicial própria, pedindo, inclusive, o embargo da construção impugnada.

Art. 25. O Conselho manterá um “Livro Tombo” para bens imóveis e outro para bens móveis, para neles serem inscritos todos os bens tombados ou a descrição e características peculiares de cada um para sua perfeita identificação.

8

LEI COMPLEMENTAR Nº 171/05

Art. 26. Será organizado um processo próprio para cada tombamento, constituindo-se de uma cópia do decreto respectivo, cópia da ficha cadastral do bem tombado, constante do Inventário do Patrimônio Cultural - IPAC, desenhos, fotografias, artigos publicados na imprensa local, cópia da escritura e histórico indicando as características principais que justificam o seu tombamento.

§ 1º Deverá ser entregue ao proprietário do bem tombado cópia da presente Lei.

§ 2º Deverá ser efetuado o registro do tombamento na matrícula do bem tombado, junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 27. O CODEPAC se incumbirá de informar as autoridades competentes, as infrações à presente Lei e aos dispositivos constantes nos arts. 165 e 166 do Código Penal e do art. 48 da Lei de

Contravenções Penais, pedindo, inclusive, a devida punição.

Art. 28. Aplicam-se subsidiariamente à presente Lei, as legislações federal e estadual que tratam da proteção do patrimônio cultural, histórico, artístico, folclórico, turístico, ecológico, ambiental, arqueológico e arquitetônico em geral.

Art. 29. Visando o bom andamento dos serviços burocráticos do CODEPAC, deverão os mesmos serem executados por servidores municipais, nomeados para tanto.

Art. 30. Os serviços técnicos do CODEPAC deverão ser executados pelos técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba.

Art. 31. Dentro de 90 (noventa) dias após a publicação da presente Lei, o CODEPAC providenciará a aprovação do seu Regimento Interno.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 13 de abril de 2005.

BARJAS NEGRI

Prefeito Municipal

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE

Secretária Municipal da Ação Cultural

JOÃO CHADDAD

Diretor Presidente do IPPLAP

MILTON SÉRGIO BISSOLI

Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN

Chefe da Procuradoria Jurídico-Administrativa

ANEXO 3

Questionários:

ENTREVISTA 1 (Engenho Central)

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Sexo: _____
4. Grau de instrução: _____
5. Renda Familiar: _____
6. Nível cultural: (se tem o hábito de freqüentar cinema, teatro, shows)

7. Engajamento social: (se faz parte de alguma associação de moradores, de bairro, ONG?).

8. Você sabe o porquê da construção do Engenho Central ?

9. Quando foi construído?

10. Qual a finalidade (uso) dele na época?

11. Qual é o seu uso atualmente?

12. Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado a ele ? Sugestão:

13. Em sua opinião, o poder público tem contribuído para a valorização deste espaço? Se positivo, de que forma?

ANEXO 4

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) Julho 2003

O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património. O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembléia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO

Preâmbulo

Os períodos mais antigos da história da Humanidade são definem-se através dos vestígios arqueológicos que testemunharam mudanças fundamentais nos processos de fabrico de objetos da vida quotidiana, e a importância da conservação e do estudo dos testemunhos dessas mudanças é universalmente aceite.

Desenvolvidas a partir da Idade Média na Europa, as inovações na utilização da energia assim como no comércio conduziram, nos finais do século XVIII, a mudanças tão profundas como as que ocorreram entre o Neolítico e a Idade do Bronze. Estas mudanças geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, suficientemente rápidas e profundas para que se fale da ocorrência de uma Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenómeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existente no nosso planeta, o qual se prolonga até aos nossos dias. Os vestígios materiais destas profundas mudanças apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida.

Os delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência 2003 do TICCIH desejam, por conseguinte, afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro .

1. Definição de património industrial

¹

A Carta do Património Industrial deverá incluir as importantes Cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a Recomendação R(90) 20 do Conselho da Europa.

O *património industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia.

2. Valores do património industrial

²

Para facilitar a compreensão, a palavra “sítios” será utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, exceto quando estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

i. O património industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas conseqüências históricas. As razões que justificam a proteção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.

ii. O património industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu *design* ou da sua concepção.

iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.

iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial.

i. Todas as coletividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as gerações futuras.

ii. Os levantamentos de campo e a elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do património industrial. Utilizando estas informações, devem ser realizados inventários de todos os sítios identificados, os quais devem ser concebidos de forma a proporcionarem uma pesquisa fácil e um acesso livre por parte do público. A informatização e o acesso *on-line* na Internet constituem objectivos importantes.

iii. O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim das atividades

3. A importância da identificação do inventário e da investigação

produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registradas e conservadas, sempre que possível.

iv. A investigação arqueológica dos sítios industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo nível de elevado rigor com que se aplica no estudo de outros períodos históricos.

v. São necessários programas de investigação histórica para fundamentar as políticas de proteção do património industrial. Devido à interdependência de numerosas atividades industriais, uma perspectiva internacional pode auxiliar na identificação dos sítios e dos tipos de sítios de importância mundial.

vi. Os critérios de avaliação de instalações industriais devem ser definidos e publicados a fim de que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios devem ser utilizados para identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos.

vii. Os sítios e estruturas de reconhecida importância patrimonial devem ser protegidos por medidas legais suficientemente sólidas para assegurarem a sua conservação. A Lista do Património Mundial da UNESCO deverá prestar o legítimo reconhecimento ao enorme impacto que a industrialização teve na cultura da Humanidade.

viii. Deve ser definido o valor dos sítios mais significativos assim como estabelecidas diretivas para futuras intervenções. Devem ser postas em prática medidas legais, administrativas e financeiras, necessárias para conservar a sua autenticidade.

ix. Os sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização.

x. A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente favorável para a conservação do património industrial, nomeadamente através de iniciativas coordenadas e partilha de recursos. Devem ser elaborados critérios compatíveis para compilar inventários e bases de dados internacionais.

i. O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico.

ii. Programas para a conservação do património industrial devem ser integrados nas políticas económicas de desenvolvimento assim como na planificação regional e nacional.

iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.

4. Proteção legal

iv. As comunidades industriais que estão ameaçadas por rápidas mudanças estruturais devem ser apoiadas pelas autoridades locais e governamentais. Devem ser previstas potenciais ameaças ao património industrial decorrentes destas mudanças, e preparar planos para evitar o recurso a medidas de emergência.

v. Devem ser estabelecidos procedimentos para responder rapidamente ao encerramento de sítios industriais importantes, a fim de prevenir a remoção ou a destruição dos seus elementos significativos. Em caso necessário, as autoridades competentes devem dispor de poderes legais para intervir quando for necessário, a fim de protegerem sítios ameaçados.

vi. Os governos devem dispor de organismos de consulta especializados que possam proporcionar pareceres independentes sobre as questões relativas à proteção e conservação do património industrial, os quais devem ser consultados em todos os casos importantes.

vii. Devem ser desenvolvidos todos os esforços para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na proteção e conservação do seu património industrial.

viii. As associações e os grupos de voluntários desempenham um papel importante na inventariação dos sítios, promovendo a participação pública na sua conservação, difundindo a informação e a investigação, e como tal constituem parceiros indispensáveis no domínio do património industrial.

i. A conservação do património industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar a manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos.

ii. A conservação dos sítios industriais requer um conhecimento profundo do objectivo ou objectivos para os quais foram construídos, assim como dos diferentes processos industriais que se puderam ali desenvolver. Estes podem ter mudado com o tempo, mas todas as antigas utilizações devem ser investigadas e avaliadas.

iii. A conservação *in situ* deve considerar-se sempre como prioritária. O desmantelamento e a deslocação de um edifício ou de uma estrutura só serão aceitáveis se a

5. Manutenção e conservação

iv. A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga actividade.

v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.

vi. As intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo. Todas as alterações inevitáveis devem ser registradas e os elementos significativos que se eliminem devem ser inventariados e armazenados num local seguro. Numerosos processos

industriais conferem um cunho específico que impregna o sítio e do qual resulta todo o seu interesse.

vii. A reconstrução, ou o retorno a um estado anteriormente conhecido, deverá ser considerado como uma intervenção excepcional que só será apropriada se contribuir para o reforço da integridade do sítio no seu conjunto, ou no caso da destruição violenta de um sítio importante.

viii. Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registrados e transmitidos às novas gerações.

ix. Deve promover-se a preservação de registros documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como exemplares de produtos industriais.

i. Uma formação profissional especializada, abordando os aspectos metodológicos, teóricos e históricos do património industrial deve ser ministrada no ensino técnico e universitário.

6. Educação e formação

ii. Devem ser elaborados materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial e o seu património para os alunos dos níveis primário e secundário.

i. O interesse e a dedicação do público pelo património industrial e a apreciação do seu valor constituem os meios mais seguros para assegurar a sua preservação. As autoridades públicas devem explicar ativamente o significado e o valor dos sítios industriais através de publicações, exposições, programas de televisão, Internet e outros meios de comunicação, proporcionando o acesso permanente aos sítios importantes e promovendo o turismo nas regiões industriais.

ii. Os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de proteção e interpretação do património industrial.

iii. Os itinerários regionais e internacionais do património industrial podem esclarecer as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala das pessoas que as mesmas podem ter provocado, promovendo um afluxo do público interessado em.

7. Apresentação e interpretação

Conhecer uma nova perspectiva do património industrial.

Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

[Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial.]